

SUMÁRIO

Sobre os autores	9
Apresentação	11
Nota à Segunda Edição	13

Lei 13.105, de 16 de março de 2015

Institui o Código de Processo Civil

1. Código de 1973	137
2. Reformas	137
3. Código de 2015	137
4. Das fontes às normas	138
5. Das normas ao sistema	138
6. O processo civil como meio para tutela dos direitos	138

Parte Geral

1. Parte geral e parte especial.....	139
--------------------------------------	-----

Livro I

DAS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS

1. Direito e processo	141
2. Normas heterotópicas	141

Título Único

Das Normas Fundamentais e da Aplicação das Normas Processuais

1. Interpretação	142
2. Aplicação	142

Capítulo I

DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

1. Normas fundamentais	142
2. Compromissos fundamentais	142
3. Reprodução e densificação	143
Art. 1.º	143
1. Ordenado, disciplinado e interpretado.....	143
2. Da Constituição ao Código.....	143
3. Direito ao processo justo	143
4. Conteúdo do direito ao processo justo	144
5. Eficácia do direito ao processo justo	145
Art. 2.º	145
1. <i>Nemo iudex sine actore</i>	145
2. Impulso oficial	146

Art. 3.º	146
1. Direito à tutela adequada e efetiva.....	146
2. Direito à tutela adequada.....	146
3. Direito à tutela efetiva.....	147
4. Justiça Multiportas (<i>Multi-door Dispute Resolution</i>).....	148
5. Arbitragem.....	148
6. Solução consensual.....	149
Art. 4.º	149
1. Direito à tutela tempestiva.....	149
2. Tutela tempestiva.....	149
3. Tempo justo.....	150
4. Direito à reparação.....	151
5. Economia processual.....	151
Art. 5.º	151
1. Boa-fé.....	151
2. Boa-fé objetiva.....	151
3. Ausência de boa-fé.....	152
4. Qualquer forma.....	152
Art. 6.º	152
1. Colaboração.....	152
2. Como modelo. Comunidade de Trabalho.....	153
3. Pressupostos culturais do modelo.....	153
4. Como princípio.....	154
5. Deveres cooperativos.....	155
6. Comunidade Argumentativa de Trabalho.....	155
Art. 7.º	156
1. Direito à igualdade no processo civil.....	156
2. Igualdade perante a legislação.....	156
3. Igualdade na legislação.....	157
4. Igualdade no processo e igualdade pelo processo.....	157
5. Paridade de tratamento e efetivo contraditório.....	157
Art. 8.º	158
1. Ordenamento jurídico.....	158
2. Fins sociais e bem comum.....	158
3. Dignidade da pessoa humana.....	158
4. Legalidade.....	159
5. Proporcionalidade e razoabilidade.....	159
6. Razoabilidade e equidade.....	159
7. Publicidade.....	160
8. Eficiência.....	160
Art. 9.º	160
1. Contraditório.....	160
2. Bilateralidade da instância.....	160
3. Direito de influência.....	160
4. Prévio, diferido ou eventual.....	161
5. Prévio.....	161
6. Exceções.....	161

Art. 10	162
1. Vedação à decisão-surpresa	162
2. <i>Iura novit curia</i>	162
3. <i>Da mihi factum, dado tibi ius</i>	162
Art. 11	163
1. Fundamentação.....	163
2. Publicidade.....	163
3. Administração democrática da justiça civil.....	163
Art. 12	163
1. Ordem preferencialmente cronológica	164
2. Listas	164
3. Fora da ordem	165
4. Exceções.....	165
5. Primeiro lugar na lista	165

Capítulo II DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

Art. 13	165
1. Normas brasileiras	165
Art. 14	166
1. Direito Intertemporal	166
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo	166
3. Isolamento dos Atos Processuais	166
Art. 15	167
1. Supletiva e subsidiariamente	167

Livro II DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

Título I Da Jurisdição e da Ação

Art. 16	170
1. Jurisdição.....	170
2. Jurisdição civil	170
3. Unidade da jurisdição.....	170
4. Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	170
5. Jurisdição e território nacional.....	170
6. Jurisdição, tutela jurisdicional e tutela jurisdicional dos direitos	171
7. Equivalentes jurisdicionais.....	171
8. Jurisdição e arbitragem	171
Art. 17	172
1. Ação como direito à tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva mediante processo justo	172
2. Interesse e legitimidade	172
3. Aferição da existência de interesse e de legitimidade.....	172

Art. 18	172
1. Substituição processual.....	173
2. Excepcionalidade	173
3. Poderes.....	173
4. Assistente litisconsorcial.....	173
5. Coisa julgada	173
6. Substituição processual, cooperativa e ato cooperativo	173
Art. 19	174
1. Ação declaratória.....	174
2. Interesse do autor	174
3. Existência, inexistência ou modo de ser de relação jurídica	174
4. Autenticidade ou falsidade de documento.....	174
5. Ação declaratória e título executivo	175
6. Demais ações declaratórias	175
Art. 20	175
1. Ação declaratória e violação do direito.....	175

Título II

Dos Limites da Jurisdição Nacional e da Cooperação Internacional

Capítulo I

DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

1. Jurisdição e Competência	176
2. Limites da Jurisdição Nacional.....	176
3. Competência Internacional Concorrente e Competência Internacional Exclusiva	176
Art. 21	176
1. Competência Internacional Concorrente.....	176
Art. 22	177
1. Alimentos internacionais.....	177
2. Relações de consumo internacionais.....	177
3. Cláusula de eleição de foro internacional	178
Art. 23	178
1. Competência Internacional Exclusiva	178
2. Não Homologação de Sentença Estrangeira	178
3. Cláusula de eleição de foro internacional	178
Art. 24	178
1. Ineficácia da Litispendência Estrangeira	179
2. Ineficácia da Coisa Julgada Estrangeira	179
3. Pendência de processo no Brasil.....	179
Art. 25	179
1. Cláusula de eleição de foro internacional	179
2. Requisitos da Cláusula perante o Direito Brasileiro.....	180
3. Abusividade da Cláusula de Eleição de Foro Internacional.....	180
4. Forum shopping.....	180
5. Mercosul	180

Capítulo II DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Seção I Disposições Gerais

Art. 26	180
1.	Cooperação internacional e tratados.....	181
2.	Autoridade central.....	181
Art. 27	181
1.	Objeto da cooperação internacional.....	181

Seção II Do Auxílio Direto

Art. 28	181
1.	Auxílio direto.....	181
2.	Auxílio direto ativo.....	181
3.	Auxílio direto passivo.....	182
4.	Desnecessidade de deliberação.....	182
Art. 29	182
1.	Autoridade central.....	182
Art. 30	182
1.	Matéria de auxílio direto.....	182
Art. 31	182
1.	Dispensa de intermediação diplomática.....	182
Art. 32	183
1.	Atos não jurisdicionais.....	183
Art. 33	183
1.	Intervenção do órgão de atuação jurídica.....	183
Art. 34	183
1.	Auxílio direto de conteúdo jurisdicional.....	183

Seção III Da Carta Rogatória

Art. 35	183
Art. 36	183
1.	Carta rogatória.....	183
2.	Decisões finais.....	184
3.	<i>Exequatur</i>	184
4.	Pedidos de urgência.....	184

Seção IV Disposições Comuns às Seções Anteriores

Art. 37	184
1.	Tramitação.....	184

Art. 38	184
1. Formalização	184
Art. 39	185
1. Recusa.....	185
Art. 40	185
1. Procedimento para homologação de sentença estrangeira e para <i>exequatur</i> a carta rogatória.....	185
Art. 41	185
1. Autenticação de documentos	185
2. Reciprocidade	185

Título III Da Competência Interna

Capítulo I DA COMPETÊNCIA

Seção I Disposições Gerais

1. Critérios para Definição de Competência	186
2. Competência Absoluta e Competência Relativa	186
Art. 42	186
1. Causas Cíveis	186
2. Juízo Arbitral	186
Art. 43	187
1. Perpetuação da Competência	187
2. Incompetência Superveniente	187
Art. 44	187
1. Fontes para Determinação de Competência	188
2. Competência em Razão do Valor	188
3. Competência em Razão da Matéria	188
4. Competência em Razão da Pessoa	188
5. Critério Funcional para Determinação de Competência	188
Art. 45	189
1. Competência da Justiça Estadual em Razão da Matéria	189
2. Jurisdição voluntária	189
3. Remessa dos autos entre Justiça Estadual e Federal	190
4. Pendência de Pedido da Competência da Justiça Estadual e Intervenção de Entidade Sujeita à Competência Federal.....	190
5. Intervenção da União depois da apelação	190
6. Anulação de Multa Eleitoral	190
7. Acidente de Trabalho	190
8. Greve e ação possessória	190
9. Descumprimento de Normas Trabalhistas	191
10. Juízo da Recuperação Judicial e Construção de Bens	191
11. Intervenção anômala.....	191

Art. 46	191
1. Critério Territorial para Determinação de Competência.....	191
2. <i>Auctor Sequitur Forum Rei</i>	191
3. Execução fiscal	192
Art. 47	192
1. <i>Forum Rei Sitae</i>	192
Art. 48	192
1. Foro do Autor da Herança	193
2. Foros Subsidiários	193
Art. 49	193
1. Foro do Ausente	193
Art. 50	193
1. Foro do Incapaz.....	193
Art. 51	194
1. Foro da União	194
2. Usucapião.....	194
3. Justificação judicial	194
4. Sociedades de Economia Mista Federal.....	194
5. FGTS	194
6. Reintegração de servidor federal	194
7. Fundação Habitacional do Exército	194
8. RFFSA	194
9. Retificação de Dados Cadastrais da Justiça Eleitoral	195
10. Seguro Marítimo	195
11. COBAL e CIBRAZEM	195
12. Concessionária de Telefonia e Relação de Consumo.....	195
13. Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social	195
14. Natureza constitucional.....	195
Art. 52	195
1. Foro dos Estados e do Distrito Federal	195
Art. 53	195
1. Foro do Divórcio, Separação, Anulação de Casamento e Reconhecimento ou Dissolução de União Estável	196
2. Foro do Alimentando.....	196
3. Foro do Lugar	196
4. Foro do Lugar do Ato ou Fato	197
5. Foro do Domicílio do Autor ou do Lugar do Fato	197

Seção II

Da Modificação da Competência

1. Modificações da Competência	197
Art. 54	197
1. Competências Modificáveis pela Conexão	197
Art. 55	197
1. Conexão	198
2. Classificação da Conexão.....	198

3. Faculdade Judicial.....	198
4. Julgamento de uma das ações conexas.....	198
5. Reunião de processo de execução e processo de conhecimento.....	198
Art. 56	198
1. Continência.....	199
Art. 57	199
1. Reunião das Causas.....	199
2. Obrigatoriedade.....	199
Art. 58	199
1. Prevenção.....	199
2. Prevenção e produção antecipada de prova.....	199
Art. 59	199
1. Momento da prevenção.....	199
2. Prevenção e juízo incompetente.....	199
Art. 60	199
1. Imóvel Situado em Mais de um Estado, Comarca ou Subseção Judiciária.....	200
Art. 61	200
1. Competência e Conexão Qualificada por Acessoriedade.....	200
2. Competência e Conexão Qualificada por Reconvenção, Prejudicialidade, Garantia e Compensação.....	200
Art. 62	200
1. Competências Não Modificáveis pela Vontade das Partes.....	200
Art. 63	200
1. <i>Forum Electionis e Forum Contractus</i>	201
2. Forma do Foro de Eleição.....	201
3. Transmissibilidade do Foro de Eleição.....	201
4. Nulidade da Cláusula de Eleição de Foro.....	201

Seção III Da Incompetência

Art. 64	201
1. Incompetência Relativa.....	202
2. Incompetência Absoluta.....	202
3. Procedimento.....	202
4. Recurso.....	202
5. Decisões do juízo incompetente.....	202
Art. 65	203
1. Prorrogação de Competência.....	203
2. Legitimidade para arguir a incompetência.....	203
Art. 66	203
1. Conflito de Competência.....	203
2. Objeto do Conflito de Competência.....	204

Capítulo II DA COOPERAÇÃO NACIONAL

Art. 67	204
1.	Dever de Cooperação.....	204
2.	Cooperação e arbitragem.....	204
Art. 68	204
1.	Cooperação e atos processuais.....	204
Art. 69	204
1.	Cooperação e forma.....	205
2.	Cooperação judicial e solicitação de tribunal arbitral.....	205
3.	Atos concertados.....	205

Livro III DOS SUJEITOS DO PROCESSO

Título I Das Partes e dos Procuradores

1.	Conceito de Parte.....	208
2.	Conceito de Procurador.....	208

Capítulo I DA CAPACIDADE PROCESSUAL

1.	Capacidade Processual.....	208
2.	Requisito para Concessão da Tutela Jurisdicional do Direito.....	208
Art. 70	209
1.	Capacidade para Estar em Juízo.....	209
Art. 71	209
1.	Representação e Assistência dos Incapazes.....	210
2.	Pessoa com Deficiência e Acesso à Justiça.....	210
3.	Poder Familiar.....	210
4.	Tutores.....	210
5.	Curadores.....	210
6.	Tomada de Decisão Processual Apoiada.....	210
7.	Intervenção do Ministério Público.....	210
Art. 72	211
1.	Curador Especial.....	211
2.	Curador Especial e Incapazes.....	211
3.	Curador Especial, Prisão e Revelia.....	211
4.	Poderes do Curador Especial.....	211
5.	Curador Especial e Defensoria Pública.....	212
6.	Curador Especial e Ministério Público.....	212
Art. 73	212
1.	Capacidade para Estar em Juízo Ativamente dos Cônjuges ou Conviventes.....	212
2.	Capacidade para Estar em Juízo Passivamente dos Cônjuges ou Conviventes....	213

3. Capacidade para Estar em Juízo dos Cônjuges ou Conviventes e Ações Possesórias.....	213
4. Ausência do Consentimento do Cônjuge ou Convivente	213
5. Preterição da Formação Litisconsorcial Necessária.....	214
Art. 74	214
1. Suprimento Judicial do Assentimento do Cônjuge.....	214
2. Recusa do Suprimento Judicial.....	214
Art. 75	214
1. Apresentação e Representação	215
2. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Público Interno	215
3. Apresentação das Pessoas Jurídicas de Direito Privado.....	215
4. Representação dos Entes Despersonalizados.....	216
Art. 76	217
1. Incapacidade Processual e Dever de Dialogar	217
2. Consequências da Não Sanação do Defeito.....	217
3. Consequências da Não Sanação do Defeito em Grau Recursal	217

Capítulo II

DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES

1. Deveres de Todos os Participantes do Processo	218
--	-----

Seção I

Dos Deveres

Art. 77	218
1. Proibição Processual	219
2. Dever de Veracidade	220
3. Dever de Lealdade e de Boa-fé	220
4. Dever de Não Formular Alegações Ciente de que Destituídas de Fundamentação.....	220
5. Dever de Não Produzir Provas ou Praticar Atos Inúteis ou Desnecessários à Declaração ou Defesa do Direito	220
6. Dever de Exato Cumprimento das Decisões Judiciais.....	220
7. Dever de Apresentação e Atualização de Endereço	221
8. Dever de Não Praticar Inovação Ilegal.....	221
9. Violação aos deveres.....	221
10. Atos atentatórios ao Exercício da Jurisdição	221
11. Ato Atentatório e Dever de Cumprimento das Decisões Judiciais.....	222
12. Sanções do Atentado.....	222
Art. 78	222
1. Expressões Ofensivas	223
2. Sanções criminais	223
3. Sanções civis para o advogado.....	223

Seção II

Da Responsabilidade das Partes por Dano Processual

Art. 79	223
1.	Responsabilidade por Dano Processual.....	224
Art. 80	224
1.	Rol Exemplificativo.....	224
2.	Alegações Desprovidas de Fundamentação.....	224
3.	Alteração da Verdade dos Fatos.....	224
4.	Uso do Processo para Consecução de Objetivo Ilegal.....	224
5.	Resistência Injustificada ao Andamento do Processo.....	225
6.	Condução Temerária da Causa.....	225
7.	Incidentes Manifestamente Infundados.....	225
8.	Interposição de Recurso com Intuito Manifestamente Protelatório.....	225
9.	Litigância de Má-fé e Benefício da Gratuidade Judiciária.....	225
Art. 81	225
1.	Consequências da Má-fé no Processo.....	226
2.	Pluralidade de Litigantes de Má-fé.....	226
3.	Valor da Indenização.....	226

Seção III

Das Despesas, dos Honorários Advocatícios e das Multas

Art. 82	226
1.	Ônus de Antecipação de Despesas Judiciais.....	227
2.	Despesas Processuais.....	227
3.	Justiça Gratuita.....	227
4.	Antecipação de Tutela e Despesas Processuais.....	227
5.	Condenação nas Despesas Processuais.....	228
6.	Princípio da Causalidade.....	228
7.	Ministério Público e Despesas Processuais.....	229
Art. 83	229
1.	<i>Cautio pro Expensis</i>	229
2.	Constitucionalidade.....	229
3.	Demandante.....	230
4.	Qualquer Espécie de Ação.....	230
5.	Momento.....	230
6.	Benefício da Gratuidade.....	230
7.	Dispensa de Caução às Despesas.....	230
8.	Reforço de Caução.....	230
9.	Caução Espontânea e Caução Forçada.....	231
10.	Caução Real e Caução Fidejussória.....	231
Art. 84	231
1.	Despesas processuais.....	231
Art. 85	231
1.	Honorários Advocatícios.....	233
2.	Fixação da Verba Honorária.....	233

3. Honorários e Fazenda Pública.....	233
4. Honorários, Cumprimento de Sentença e Execução	233
5. Apreciação Equitativa do Juiz	234
Art. 86	234
1. Sucumbência Parcial	234
2. Sucumbência Mínima	234
Art. 87	234
1. Pluralidade de Partes e Despesas Processuais.....	235
2. Pluralidade de Partes e Sucumbência Parcial	235
Art. 88	235
1. Jurisdição Voluntária e Despesas Processuais.....	235
Art. 89	235
1. Juízos Divisórios Voluntários e Despesas Processuais	235
Art. 90	235
1. Desistência, Renúncia, Reconhecimento e Despesas Processuais	236
2. Transação e Despesas Processuais	236
Art. 91	236
1. Ministério Público e Despesas Processuais.....	237
2. Fazenda Pública e Despesas Processuais	237
Art. 92	237
1. Abandono de Causa e Despesas Processuais.....	237
Art. 93	237
1. Atos Adiados ou Repetidos e Despesas Processuais.....	238
2. Justo Motivo	238
Art. 94	238
1. Assistência e Despesas Processuais.....	238
Art. 95	238
1. Adiantamento de Honorários de Perito e de Assistentes Técnicos	239
2. Honorários periciais e Ministério Público.....	239
3. Honorários Periciais e Gratuidade da Justiça.....	239
Art. 96	239
1. Sanções à Má-fé e Beneficiários	239
Art. 97	239
1. Fundos de Modernização do Poder Judiciário	239

Seção IV **Da Gratuidade da Justiça**

1. Assistência judiciária gratuita	239
Art. 98	240
1. Requisitos da Gratuidade da Justiça	241
2. Pessoa Jurídica e Assistência Judiciária Gratuita	241
3. Instituição Financeira e Gratuidade de Justiça.....	241
4. Modulação da Gratuidade da Justiça	241
5. Custeio de Prova Pericial e Gratuidade da Justiça.....	241
Art. 99	241
1. Assistência Judiciária Gratuita e Simples Afirmação de Pessoa Natural	242

2. Pessoa Jurídica e Gratuidade de Justiça	242
3. Duração do Benefício.....	242
4. Irretroatividade do benefício	242
5. Concessão tácita	242
6. Pessoalidade do Benefício	242
7. Recurso no Interesse Exclusivo do Advogado e Gratuidade	243
Art. 100	243
1. Impugnação ao benefício	243
Art. 101	243
1. Gratuidade da Justiça e Recurso.....	243
2. Suspensividade do recurso	243
Art. 102	244
1. Revogação da Gratuidade e Prazo para o Recolhimento das Despesas	244

Capítulo III DOS PROCURADORES

Art. 103	244
1. Representação da Parte em Juízo	244
2. Advocacia em Causa Própria	244
Art. 104	244
1. Capacidade Postulatória e Procuração	245
2. Postulação sem Procuração	245
Art. 105	245
1. Procuração e Poderes.....	245
2. Procuração e Assinatura Digital.....	246
3. Requisitos da procuração	246
Art. 106	246
1. Ônus do Advogado	246
2. Endereço a ser indicado	246
Art. 107	246
1. Direitos do Advogado	247

Capítulo IV DA SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES

1. Sucessão Processual	247
Art. 108	247
1. Estabilidade Subjetiva do Processo	248
Art. 109	248
1. Alienação da Coisa Litigiosa	248
2. Legitimidade para Causa	248
3. Eficácia da Sentença	248
Art. 110	249
1. Sucessão Processual Necessária	249
2. Morte da Parte e Direitos Personalíssimos	249

Art. 111	249
1. Sucessão de Patronos.....	249
Art. 112	250
1. Denúncia do Mandato	250

Título II Do Litisconsórcio

1. Litisconsórcio	251
2. Classificação do Litisconsórcio.....	251
Art. 113	251
1. Fontes do Litisconsórcio.....	251
2. Litisconsórcio Facultativo.....	252
3. Litisconsórcio Facultativo Multitudinário	252
Art. 114	253
1. Litisconsórcio Necessário	253
2. Litisconsórcio Facultativo Unitário	253
Art. 115	254
1. Consequências da Não Formação de Litisconsórcio Necessário	254
2. Litisconsórcio Necessário e Ação Rescisória.....	254
Art. 116	254
1. Litisconsórcio Unitário	254
2. Litisconsórcio Unitário e Recurso Interposto por um Litisconsorte.....	255
Art. 117	255
1. Regimes do Litisconsórcio	255
2. Regime Comum	255
3. Regime Especial.....	255
Art. 118	255
1. Condução do Processo	256

Título III Da Intervenção de Terceiros

1. Partes e Terceiros	257
2. Intervenção de Terceiros	257
3. Intervenção Voluntária e Intervenção Forçada.....	257

Capítulo I DA ASSISTÊNCIA

1. Assistência.....	257
---------------------	-----

Seção I Disposições Comuns

Art. 119	257
1. Requisitos.....	257
2. Estado do Processo	258
Art. 120	258
1. Admissão do Assistente Simples.....	258

Seção II Da Assistência Simples

Art. 121	258
1.	Assistência Simples.....	259
2.	Poderes e Ônus do Assistente Simples.....	259
3.	Revelia do Assistido.....	259
Art. 122	260
1.	Subordinação do Assistente Simples.....	260
Art. 123	260
1.	Eficácia da Assistência Simples.....	260
2.	<i>Exceptio Male Gestis Processus</i>	260

Seção III Da Assistência Litisconsorcial

Art. 124	261
1.	Assistência “Litisconsorcial”.....	261

Capítulo II DA DENUNCIÇÃO DA LIDE

Art. 125	261
1.	Denúnciação da Lide.....	262
2.	Obrigatoriedade da Denúnciação.....	262
3.	Litisdenuciação pelo Demandante e pelo Demandado.....	262
4.	Hipóteses de Denúnciação.....	262
5.	Cabimento da Denúnciação.....	262
6.	Litisdenuciação Sucessiva.....	263
7.	Denúnciação da Lide <i>Per Saltum</i>	263
Art. 126	263
1.	Momento Oportuno para Denúnciação.....	263
2.	Controle de Ofício.....	263
3.	Prazo para a Convocação do Denunciado.....	263
Art. 127	264
1.	Denúnciação pelo Demandante e Comparecimento do Denunciado.....	264
Art. 128	264
1.	Denúnciação pelo Demandado e Comparecimento do Denunciado.....	264
2.	Condenação do Denunciado.....	265
Art. 129	265
1.	Decisão Simultânea.....	265
2.	Despesas Processuais.....	265

Capítulo III DO CHAMAMENTO AO PROCESSO

Art. 130	265
1.	Chamamento ao Processo.....	266

2. Hipóteses	266
3. Cabimento	266
Art. 131	266
1. Momento Oportuno para o Chamamento	266
2. Controle de Ofício.....	267
3. Citação do Chamado	267
Art. 132	267
1. Eficácia da Decisão.....	267

Capítulo IV

DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Art. 133	267
1. Desconsideração da Personalidade Jurídica	268
2. Desconsideração Inversa.....	268
3. Pressupostos	268
4. Requerimento da Parte ou do Ministério Público e Atuação de Ofício	269
Art. 134	269
1. Cabimento do incidente	269
2. Desconsideração Requerida na Petição Inicial	269
3. Desconsideração Requerida em outro Momento	269
Art. 135	269
1. Contraditório.....	270
Art. 136	270
1. Decisão e Recurso.....	270
Art. 137	270
1. Fraude de execução	270

Capítulo V

DO AMICUS CURIAE

Art. 138	270
1. <i>Amicus Curiae</i>	271
2. Representatividade Adequada.....	271
3. Intervenção de Terceiros e <i>Amicus Curiae</i>	271
4. Extensão dos Poderes do Amicus Curiae	271

Título IV

Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça

Capítulo I

DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ

Art. 139	272
1. Direção do Processo.....	272
2. Deveres na Direção do Processo.....	273

3. <i>Imperium</i>	273
4. Flexibilização procedimental.....	273
5. Colheita do interrogatório livre	273
6. Dever de saneamento	274
7. Outros Deveres na Direção do Processo	274
Art. 140	274
1. Dever de Decidir	274
2. Julgamento da Lide.....	274
3. Equidade.....	275
Art. 141	275
1. Princípio da Demanda	275
2. Mérito Processual.....	275
3. Questões Conhecíveis de Ofício	275
4. Quebra da Congruência entre Pedido e Tutela Jurisdicional	275
Art. 142	276
1. Uso Ilegal do Processo.....	276
2. Circunstâncias da Causa	276
3. Extinção do Processo sem Resolução de Mérito.....	276
Art. 143	276
1. Responsabilidade Civil do Juiz	276
2. Notificação ao Juiz.....	277

Capítulo II

DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

1. Imparcialidade	277
Art. 144	277
1. Impedimentos.....	278
2. Hipóteses	278
3. Alegação de Impedimento	278
Art. 145	279
1. Suspeições	279
2. Hipóteses	279
3. Alegação de Suspeição	280
Art. 146	280
1. Alegação de Impedimento	281
2. Alegação de Suspeição	281
3. Legitimidade	281
4. Prazo	281
5. Qualquer Tempo e Grau de Jurisdição.....	281
6. Juiz do processo	282
7. Suspensão.....	282
Art. 147	282
1. Impedimento no Tribunal.....	282
Art. 148	283
1. Extensão de Impedimentos e Suspeições	283
2. Perito e Intérprete.....	283

3. Procedimento.....	283
4. Procedimento nos Tribunais.....	283
5. Impedimento e suspeição da testemunha.....	283

Capítulo III DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA

Art. 149	284
1. Auxiliares do Juízo	284

Seção I Do Escrivão, do Chefe de Secretaria e do Oficial de Justiça

Art. 150	284
1. Ofícios da Justiça	284
Art. 151	284
1. Número de oficiais de justiça.....	284
Art. 152	284
1. Atribuições do Escrivão de Justiça	285
2. Impedimento do Escrivão e Substituição para o Ato	285
Art. 153	285
1. Ordem preferencialmente cronológica de publicação e efetivação de atos judiciais... ..	286
Art. 154	286
1. Atribuições do Oficial de Justiça.....	286
Art. 155	286
1. Responsabilidade Civil do Escrivão e do Oficial	287

Seção II Do Perito

Art. 156	287
1. Perito	287
2. Escolha do Perito.....	287
3. Escolha do Especialista	288
Art. 157	288
1. Dever e Escusa do Perito	288
2. Apresentação da Escusa.....	288
3. Lista de Peritos.....	288
4. Dever e Escusa do Especialista	288
Art. 158	288
1. Responsabilidade do Perito	289

Seção III Do Depositário e do Administrador

Art. 159	289
1. Depositário e Administrador	289
Art. 160	289
1. Remuneração	290
2. Preposto	290

Art. 161	290
1. Responsabilidade Civil do Depositário e do Administrador	290

Seção IV Do Intérprete e do Tradutor

Art. 162	290
1. Intérprete e Tradutor	291
2. Atribuições	291
Art. 163	291
1. Nomeação de Intérprete e de Tradutor	291
Art. 164	291
1. Dever e Escusa	291
2. Responsabilidade do Intérprete e do Tradutor	291

Seção V Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais

Art. 165	292
1. Conciliação	292
2. Mediação	292
3. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos	292
Art. 166	292
1. Princípios da Conciliação e da Mediação	293
2. Procedimento	293
Art. 167	293
1. Quadro de conciliadores e mediadores	294
2. Capacitação e reciclagem	294
Art. 168	294
1. Escolha do Conciliador ou do Mediador	294
Art. 169	295
1. Remuneração	295
2. Trabalho Voluntário	295
Art. 170	295
1. Impedimento e Suspeição do Conciliador e do Mediador	295
2. Arguição de impedimento e suspeição	295
Art. 171	296
1. Impossibilidade temporária	296
Art. 172	296
1. Vedação de atuação parcial	296
Art. 173	296
1. Exclusão do cadastro	296
Art. 174	296
1. Mediação e Conciliação Públicas	297
Art. 175	297
1. Outras formas de autocomposição	297
2. Câmaras Privadas de Conciliação e Mediação	297

Título V Do Ministério Público

Art. 176	298
1. Papel Constitucional do Ministério Público	298
2. Ministério Público e Ações Individuais	298
3. Ministério Público Federal e Ministérios Públicos Estaduais	298
Art. 177	298
1. Ministério Público como Parte	299
2. Prerrogativas do Ministério Público	299
3. Litisconsórcio entre Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual	299
Art. 178	299
1. Ministério Público como Custos Legis	299
2. Ministério Público e Interesse Público Primário	299
Art. 179	300
1. Poderes do Ministério Público como <i>Custos Legis</i>	300
2. Intervenção Obrigatória do Ministério Público e Invalidez Processual	300
Art. 180	301
1. Prazo em Dobro	301
2. Interesse Público e não Intervenção no Prazo Legal	301
Art. 181	301
1. Responsabilidade Civil do Ministério Público	301

Título VI Da Advocacia Pública

Art. 182	302
1. Advocacia Pública	302
Art. 183	302
1. Prazo e Intimação Pessoal	302
Art. 184	302
1. Responsabilidade Civil do Advogado Público	302

Título VII Da Defensoria Pública

Art. 185	303
1. Função Constitucional da Defensoria Pública	303
2. Defensoria Pública e Honorários Sucumbenciais	303
Art. 186	303
1. Prazo e Intimação Pessoal	303
Art. 187	303
1. Responsabilidade Civil do Defensor Público	304

Livro IV Dos Atos Processuais

1. Atos processuais	305
---------------------------	-----

Título I
Da Forma, do Tempo e do Lugar dos Atos Processuais

1.	Forma	307
2.	Tempo	307
3.	Lugar	307

Capítulo I
Da Forma dos Atos Processuais

Seção I
Dos Atos em Geral

Art. 188	307
1.	Instrumentalidade das formas	307
2.	<i>Fac-símile</i>	307
Art. 189	308
1.	Publicidade.....	308
2.	Segredo de justiça	308
Art. 190	309
1.	Acordos processuais	309
2.	Objeto.....	309
3.	Controle.....	310
Art. 191	310
1.	Calendário processual	310
2.	Violação	310
3.	Modificação.....	310
Art. 192	311
1.	Língua portuguesa	311
2.	Documento redigido em língua estrangeira.....	311
3.	Tradutor juramentado.....	311

Seção II
Da Prática Eletrônica de Atos Processuais

Art. 193	311
1.	Prática eletrônica	312
2.	Processo eletrônico	312
Art. 194	312
1.	Processo justo.....	312
Art. 195	312
1.	Registro.....	312
Art. 196	312
1.	Poder regulamentar.....	312
Art. 197	313
1.	Presunção de veracidade e proteção da confiança	313
2.	Justa causa	313
Art. 198	313
1.	Infraestrutura.....	313

Art. 199	313
1. Acessibilidade	313

**Seção III
Dos Atos das Partes**

Art. 200	314
1. Eficácia imediata dos atos processuais	314
Art. 201	314
1. Recibo.....	314
Art. 202	314
1. Cotas Marginais ou Interlineares	314

**Seção IV
Dos Pronunciamentos do Juiz**

Art. 203	315
1. Pronunciamentos do Juiz	315
2. Sentenças	315
3. Decisões Interlocutórias	315
4. Despachos	316
Art. 204	316
1. Acórdãos	316
2. Decisões monocráticas	316
Art. 205	316
1. Autenticidade	316
2. Assinatura eletrônica.....	316
3. Publicação	316

**Seção V
Dos Atos do Escrivão ou
do Chefe de Secretaria**

Art. 206	317
1. Recebimento da inicial	317
2. Autos adicionais e sobreautuação	317
Art. 207	317
1. Numeração e rubrica	317
2. Faculdade	317
Art. 208	317
1. Forma simplificada	317
2. Responsabilidade do serventuário	318
Art. 209	318
1. Autenticidade	318
2. Forma digital	318
Art. 210	318
1. Taquigrafia, estenotipia e outros	318
Art. 211	319
1. Espaços em branco, entrelinhas, emendas e rasuras	319

**Capítulo II
DO TEMPO E DO LUGAR
DOS ATOS PROCESSUAIS**

**Seção I
Do Tempo**

Art. 212	319
1. Tempo	319
2. Conclusão	320
3. Citações, intimações e penhoras	320
4. Horário forense e horário bancário	320
Art. 213	320
1. Horário eletrônico	320
Art. 214	320
1. Férias forenses e feriados	320
2. Atos processuais em feriados	321
Art. 215	321
1. Tramitação ininterrupta	321
Art. 216	321
1. Dias feriados	321

**Seção II
Do Lugar**

Art. 217	322
1. Lugar	322

**Capítulo III
DOS PRAZOS**

**Seção I
Disposições Gerais**

1. Prazos	322
2. Classificação	322
3. Alterabilidade	322
4. Fluência e contagem	322
Art. 218	323
1. Prazos legais e prazos judiciais	323
2. Espera	323
3. Dupla omissão	323
4. Tempestividade	323
Art. 219	323
1. Contagem dias úteis	323
2. Suspensão e interrupção	323
Art. 220	324
1. Recesso forense	324

Art. 221	324
1. Obstáculo	324
2. Suspensão do processo	324
3. Autocomposição	324
4. Restituição	324
Art. 222	325
1. Prorrogação	325
2. Redução	325
Art. 223	325
1. Prazos próprios e prazos impróprios	325
2. Preclusão	325
3. Direito de praticar ou emendar	326
4. Justa causa	326
5. Procedimento	326
Art. 224	327
1. Contagem	327
2. Métodos	327
Art. 225	327
1. Renúncia	327
Art. 226	327
1. Prazos para o juiz	328
Art. 227	328
1. Prazos impróprios e inexistência de preclusão temporal	328
2. Motivo Justificado	328
Art. 228	328
1. Prazos para o servidor	328
Art. 229	328
1. Litisconsórcio	329
2. Processo eletrônico	329
Art. 230	329
1. Fluência do prazo	329
Art. 231	329
1. Fluência de Prazo	330
2. Correio	330
3. Oficial de justiça	330
4. Escrivão ou chefe de secretaria	330
5. Edital	330
6. Eletrônica	330
7. Carta	330
8. Diário da Justiça impresso ou eletrônico	330
9. Carga	330
10. Pluralidade de réus e citação	330
11. Pluralidade de partes e intimação	330
12. Ato pessoal da parte	331
Art. 232	331
1. Imediatamente informada	331

Seção II
Da Verificação dos Prazos
e das Penalidades

Art. 233	331
1. Verificação dos prazos	331
2. Processo administrativo	331
Art. 234	331
1. Restituição dos autos	332
Art. 235	332
1. Excesso de prazo pelo juiz	332

Título II
Da Comunicação
dos Atos Processuais

Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 236	333
1. Cumprimento dos atos processuais	333
2. Videoconferência	333
Art. 237	333
1. Expedição de cartas	334
2. Carta de ordem	334
3. Carta rogatória	334
4. Carta precatória	334
5. Carta arbitral	334
6. Inexistência de juízo federal	334

Capítulo II
DA CITAÇÃO

Art. 238	334
1. Citação	334
2. Audiência	335
3. Defesa	335
4. Atitudes	335
Art. 239	335
1. Validade do processo	336
2. Inexistência	336
3. Invalidade	336
4. Rejeição	336
Art. 240	336
1. Efeitos	336
2. Litispendência	337
3. Litigiosidade da coisa	337

4. Constituição em mora	337
5. Interrupção da prescrição	337
6. Dinâmica da citação	338
7. Demais prazos extintivos	338
Art. 241	338
1. Comunicação	338
Art. 242	338
1. Pessoaalidade e pessoa física	339
2. Pessoaalidade e pessoa jurídica	339
3. Réu ausente	339
4. Réu locador ausente	339
5. Fazenda Pública	339
Art. 243	339
1. Lugar da citação	340
2. Citação do militar	340
Art. 244	340
1. Vedação à citação	340
Art. 245	340
1. Réu mentalmente incapaz ou impossibilitado	340
2. Procedimento	341
Art. 246	341
1. Modalidades	341
2. Cadastro eletrônico	342
3. Usucapião	342
Art. 247	342
1. Correio	342
2. Exceções	342
Art. 248	343
1. Procedimento	343
2. Recebimento	343
Art. 249	344
1. Oficial de Justiça	344
Art. 250	344
1. Mandado	344
Art. 251	344
1. Procedimento	345
Art. 252	345
1. Hora certa	345
2. Procura do citando	345
3. Suspeita de ocultação	345
4. Pessoa intimada	346
5. Dia útil imediato	346
Art. 253	346
1. Efetivação	346
2. Ultimação	346
3. Revelia	347

Art. 254	347
1. Comunicação	347
Art. 255	347
1. Contígvas	347
Art. 256	347
1. Edital	348
2. Desconhecido ou incerto	348
3. Ignorado, incerto ou inacessível	348
4. Dever de auxílio	348
5. Outros casos	348
6. Divulgação	349
7. Revelia	349
Art. 257	349
1. Pressupostos	349
2. Requisitos	349
3. Procedimento	349
4. Prazo de espera e prazo de resposta	350
Art. 258	350
1. Alegação Dolosa	350
Art. 259	350
1. Editais necessários	350

Capítulo III DAS CARTAS

Art. 260	350
1. Requisitos essenciais	351
2. Requisitos eventuais	351
3. Carta arbitral	351
Art. 261	351
1. Cumprimento	352
2. Diligência	352
Art. 262	352
1. Itinerante	352
Art. 263	352
1. Meio eletrônico	352
2. Outros meios	352
Art. 264	352
1. Resumo substancial	353
Art. 265	353
1. Telefone	353
Art. 266	353
1. De ofício	353
Art. 267	353
1. Recusa	354
2. Requisitos	354
3. Incompetência absoluta	354

4. Autenticidade	354
5. Irresignação em face do ato praticado	354
6. Decisão fundamentada	355
Art. 268	355
1. Devolução	355

Capítulo IV DAS INTIMAÇÕES

Art. 269	355
1. Intimação	355
2. Modalidades	355
Art. 270	356
1. Meio eletrônico	356
2. Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia Pública	356
Art. 271	356
1. De ofício	356
Art. 272	356
1. Publicação	357
2. Indicação específica	357
3. Carga dos autos	357
4. Preposto	358
5. Invalidade ou ineficácia	358
Art. 273	358
1. Escrivão ou chefe de secretaria	358
Art. 274	358
1. Correio, cartório ou secretaria	358
2. Endereço	358
Art. 275	359
1. Oficial de Justiça	359
2. Certidão	359
3. Hora certa	359
4. Edital	359

Título III Das Nulidades

1. Forma e invalidade	360
2. Invalidades processuais	360
3. Teorias sobre invalidades processuais	360
4. Invalidades processuais e colaboração	360
Art. 276	361
1. Proibição do <i>venire contra factum proprium</i>	361
Art. 277	361
1. Finalidade	361
Art. 278	361
1. Alegação	361

Art. 279	362
1. Ministério Público	362
2. Alcance	362
Art. 280	362
1. Citações e intimações	362
Art. 281	363
1. Projeção	363
2. Decorrente	363
3. Parcial	363
4. Redução eficaz	363
Art. 282	363
1. Extensão e providências	363
2. <i>Pas de nullité sans grief</i>	364
3. Mérito	364
Art. 283	364
1. Erro de forma	364
2. Atos necessários	364
3. Prejuízo à ampla defesa e ao contraditório	364

Título IV **Da Distribuição e do Registro**

Art. 284	365
1. Registro	365
2. Distribuição	365
3. Critérios	365
Art. 285	365
1. Alternada	365
Art. 286	365
1. Dependência	366
2. Prevenção e reiteração da demanda	366
3. Anotação	366
Art. 287	366
1. Procuração	366
2. Dispensa	367
Art. 288	367
1. Distribuidor	367
2. Juiz	367
Art. 289	367
1. Fiscalização	367
Art. 290	367
1. Cancelamento	368

Título V **Do Valor da Causa**

1. Valor da causa	369
2. Relevância	369

3. Fixação.....	369
4. Requerimento da parte e conhecimento de ofício.....	369
Art. 291	369
1. Valor certo	369
2. Pedido genérico.....	369
3. Ausência.....	369
Art. 292	370
1. Fixação legal	370
2. Tutela ressarcitória.....	370
3. Existência, validade, cumprimento, modificação, resolução, resilição ou rescisão de negócio jurídico.....	371
4. Alimentos.....	371
5. Divisão, demarcação e reivindicação.....	371
6. Tutela reparatória	371
7. Cumulação	371
8. Cumulação simples e cumulação sucessiva	371
9. Cumulação alternativa.....	372
10. Pedido alternativo.....	372
11. Vencidas e vincendas	372
12. De ofício.....	372
13. Casuística	372
Art. 293	373
1. Preliminar de contestação	373

Livro V
DATUTELA PROVISÓRIA

Título I
Disposições Gerais

Art. 294	376
1. Do processo cautelar à parte geral	376
2. Dos provimentos cautelares à técnica antecipatória	376
3. Técnica antecipatória e tutela dos direitos.....	376
4. Tutelas provisórias	377
5. Antecedente ou incidental	377
6. Requerimento da parte.....	377
7. Recurso cabível.....	377
8. Fungibilidade.....	377
Art. 295	378
1. Despesas processuais.....	378
Art. 296	378
1. Provisoriiedade.....	378
2. Identidade parcial ou total	378
3. Referibilidade da tutela cautelar à tutela satisfativa.....	379
4. Revogação, modificação e novo pedido	379
5. Suspensão.....	379

Art. 297	379
1. Técnica executiva: da rigidez à maleabilidade	379
2. Adequação da técnica executiva para efetivação da tutela	380
Art. 298	380
1. Fundamentação	380
2. Claro e preciso	380
Art. 299	381
1. Competência	381
2. Competência nos recursos	381
3. Disposição Especial	381

Título II Da Tutela de Urgência

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 300	382
1. Tutela de urgência	382
2. Atipicidade	382
3. Probabilidade do direito	382
4. Perigo na demora	382
5. Caução	383
6. Momento	383
7. Irreversibilidade	383
Art. 301	384
1. Tutela cautelar	384
Art. 302	384
1. Responsabilidade pelo dano oriundo da tutela de urgência	384
2. Liquidação	385

Capítulo II DO PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 303	385
1. Autonomização da antecipação da tutela	386
2. Urgência contemporânea	386
3. Tutela satisfativa de urgência	386
4. Procedimento	386
Art. 304	386
1. Estabilização da antecipação da tutela	387
2. Ônus de recorrer	387
3. Ação exauriente	387
4. Petição inicial da ação antecedente	387
5. Eficácia da decisão	388
6. Inconstitucionalidade da previsão de coisa julgada	388

Capítulo III
DO PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR
REQUERIDA EM CARÁTER ANTECEDENTE

Art. 305	389
1. Tutela cautelar preparatória.....	389
2. Petição inicial.....	389
3. Liminar cautelar	389
Art. 306	389
1. Contestação	389
Art. 307	389
1. Revelia	390
2. Procedimento comum.....	390
Art. 308	390
1. Referibilidade	390
2. Procedimento.....	390
Art. 309	391
1. Cessação de eficácia	391
2. Renovação do pedido	391
Art. 310	391
1. Ausência de coisa julgada sobre o direito acautelado	391
2. Prescrição ou decadência	392

Título III
Da Tutela da Evidência

Art. 311	393
1. Tutela da evidência	393
2. Defesa inconsistente	393
3. Precedentes.....	393
4. Contrato de depósito.....	393
5. Prova contrária	394
6. Momento	394

Livro VI
DA FORMAÇÃO, DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO

Título I
Da Forma o do Processo

Art. 312	396
1. Forma�o do processo	396
2. Propositura da a�o	396
3. Efeitos	396

Título II
Da Suspensão do Processo

Art. 313	397
1. Suspensão do processo	397
2. Hipóteses	398

3.	Morte ou perda da capacidade processual da parte.....	398
4.	Omissão no ajuizamento da ação de habilitação.....	398
5.	Morte ou perda da capacidade processual do representante da parte	398
6.	Morte ou perda da capacidade processual do procurador.....	398
7.	Convenção das partes.....	399
8.	Impedimento e suspeição.....	399
9.	Demandas repetitivas.....	399
10.	Sentença de mérito	399
11.	Força maior.....	399
12.	Tribunal marítimo	399
Art. 314	400
1.	Vedação.....	400
2.	Urgência.....	400
Art. 315	400
1.	Prejudicialidade externa penal	400
2.	Ação penal não exercida.....	400

Título III Da Extinção do Processo

Art. 316	401
1.	Extinção do processo.....	401
Art. 317	401
1.	Dever de prevenção.....	401

Parte Especial

Livro I DO PROCESSO DE CONHECIMENTO E DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

1.	Processo de conhecimento e processo de execução	403
2.	Conhecimento e execução.....	403
3.	Conhecimento	403
4.	Cumprimento de sentença.....	404

Título I Do Procedimento Comum

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 318	405
1.	Procedimento e tutela jurisdicional dos direitos	405
2.	Procedimento comum e procedimentos diferenciados de jurisdição contenciosa	405
3.	Comparação	405
4.	Procedimento comum e procedimentos diferenciados de jurisdição voluntária ..	406
5.	Comparação	406
6.	Procedimento comum	406
7.	Fases	406
8.	Subsidiariedade	407

Capítulo II DA PETIÇÃO INICIAL

Seção I

Dos requisitos da petição inicial

Art. 319	407
1. Petição inicial	407
2. Juízo	408
3. Partes	408
4. Causa de pedir	408
5. Comunidade Argumentativa de Trabalho	409
6. Ônus de alegar e dever de decidir	409
7. Normas jurídicas e relação com o caso	410
8. Termos vagos	410
9. Princípios, regras e postulados	410
10. Pedido	410
11. Pedido e tutela do direito	411
12. Revisão de empréstimo, financiamento ou alienação de bens	411
13. Valor da causa	411
14. Provas	411
15. Citação	412
16. Opção pela audiência	412
Art. 320	412
1. Indispensáveis	412
2. Úteis	412
Art. 321	412
1. Emenda	412
2. Indicação precisa	413
3. Indeferimento	413

Seção II Do pedido

Art. 322	413
1. Pedido certo	413
2. Pedidos implícitos	413
3. Interpretação	414
Art. 323	414
1. Prestações sucessivas	414
2. Exigibilidade	415
3. Condenação para o futuro e pedido com função preventiva	415
4. Valor da causa	415
Art. 324	415
1. Pedido genérico	415
2. Ações universais	416
3. Impossibilidade de determinação	416
4. Dependência de ato do réu	416
Art. 325	416
1. Pedido alternativo	416

2. Pedido alternativo e cumulação alternativa.....	417
3. Concentração.....	417
4. Valor da causa.....	417
Art. 326	417
1. Cumulação alternativa.....	417
2. Cumulação sucessiva.....	418
3. Valor da causa.....	418
Art. 327	418
1. Cumulação simples.....	418
2. Admissibilidade.....	418
3. Pedidos compatíveis.....	419
4. Juízo competente.....	419
5. Mesmo procedimento.....	419
6. Oportunidade.....	419
7. Valor da causa.....	420
8. Despesas processuais.....	420
9. Concorrência interior do pedido.....	420
Art. 328	420
1. Obrigação indivisível.....	420
Art. 329	420
1. Estabilidade do processo.....	421
2. Adição.....	421
3. Modificação.....	421
4. Inexistência de alteração.....	421
5. Fato superveniente.....	422

Seção III

Do Indeferimento da Petição Inicial

Art. 330	422
1. Indeferimento.....	422
2. Inépcia.....	422
3. Ilegitimidade e interesse.....	423
4. Motivos formais.....	423
5. Momento.....	423
6. Revisão de empréstimo, financiamento ou alienação.....	423
Art. 331	423
1. Apelação.....	423
2. Retratação.....	424
3. Processamento.....	424
4. Urgência.....	424

Capítulo III

DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO

Art. 332	424
1. Improcedência liminar.....	425
2. Precedente e jurisprudência.....	425

3. Prévio diálogo	425
4. Apelação	426
5. Improcedência liminar parcial	426

Capítulo IV
DA CONVERSÃO DA AÇÃO INDIVIDUAL EM AÇÃO COLETIVA

Art. 333	426
-----------------------	-----

Capítulo V
DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO
OU DE MEDIAÇÃO

Art. 334	426
1. Citação para audiência	427
2. Conciliador ou mediador	427
3. Princípios	427
4. Realização da audiência	428
5. Pauta de audiências	428
6. Não comparecimento	428
7. Autocomposição.....	428

Capítulo VI
DA CONTESTAÇÃO

1. Direito de defesa.....	428
2. Atitudes do réu.....	429
3. Contestação	429
Art. 335	429
1. Prazo	430
Art. 336	430
1. Toda a matéria de defesa	430
2. Defesas processuais e defesas materiais	431
3. Coerência da defesa	431
4. Prova.....	431
Art. 337	432
1. Ordem	432
2. Citação.....	432
3. Incompetência absoluta e relativa.....	432
4. Valor da causa.....	433
5. Inépcia	433
6. Perempção	433
7. Litispêndência	433
8. Coisa julgada	433
9. Conexão	433
10. Incapacidade processual.....	434
11. Convenção de arbitragem	434
12. Ilegitimidade e interesse	434

13. Caução ou prestação preliminar.....	434
14. Benefício da gratuidade	435
15. De ofício.....	435
16. Preferência.....	435
17. Tríplíce identidade.....	435
18. Relação jurídica base	436
Art. 338	436
1. Alegação de ilegitimidade	436
2. Alteração.....	436
Art. 339	436
1. Sucessão	437
2. Litisconsórcio	437
Art. 340	437
1. Alegação de incompetência.....	437
2. Suspensão da audiência	437
3. Decisão	437
Art. 341	438
1. Impugnação específica	438
2. Funções	438
3. Autor e réu.....	438
4. Presunção de veracidade e confissão	438
5. Litisconsórcio	439
6. Exclusões	439
7. Direitos indisponíveis	439
8. Prova substancial	439
9. Contradição em seu conjunto	439
10. Defensor público, advogado dativo e curador especial.....	439
11. Julgamento imediato parcial e antecipação da tutela fundada na evidência.....	440
Art. 342	440
1. Novas alegações.....	440
2. Direito ou fato supervenientes.....	440
3. Ciência superveniente de fato velho	441
4. De ofício.....	441
5. Qualquer tempo	441

Capítulo VII A RECONVENÇÃO

Art. 343	441
1. Reconvenção	441
2. Cabimento	441
3. Condições gerais	442
4. Legitimidade	442
5. Litisconsórcio	442
6. Interesse processual.....	442
7. Condições específicas.....	442
8. Conexão	443
9. Processo pendente	443

10. Competência	443
11. Procedimento.....	443
12. Indeferimento	443
13. Intimação	443
14. <i>Reconventio reconventionis</i>	443
15. Revelia	444
16. Autonomia	444
17. Julgamento	444
18. Despesas processuais.....	444

Capítulo VIII DA REVELIA

Art. 344	444
1. Revelia	444
2. Efeitos	445
3. Efeito material	445
4. Efeito material e igualdade substancial	445
5. Advertência	445
Art. 345	445
1. Pluralidade de réus.....	446
2. Direito indisponível	446
3. Prova substancial	446
4. Inverossímeis ou contraditórias com a prova.....	446
Art. 346	447
1. Efeito processual	447
2. Atos pessoais.....	447
3. Participação do revel	447

Capítulo IX DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E DO SANEAMENTO

1. Providências preliminares	447
2. Organização do processo	447
Art. 347	448
1. Conforme o caso.....	448
2. Casos	448

Seção I Da Não Incidência dos Efeitos da Revelia

Art. 348	448
1. Ineficácia material da revelia	448
Art. 349	448
1. Provas	449

Seção II
Do Fato Impeditivo, Modificativo ou Extintivo do Direito do Autor

Art. 350	449
1. Defesa indireta de mérito	449
2. Provas	449
3. Ônus de impugnação específica	449

Seção III
Das Alegações do Réu

Art. 351	450
1. Preliminares	450
Art. 352	450
1. Vícios sanáveis	450
2. Dever de prevenção	450
Art. 353	451
1. Prosseguimento	451

Capítulo X
DO JULGAMENTO CONFORME
O ESTADO DO PROCESSO

1. Julgamento conforme o estado do processo	451
---	-----

Seção I
Da Extinção do Processo

Art. 354	451
1. Extinção do processo	451
2. Recurso	451

Seção II
Do Julgamento Antecipado do Mérito

Art. 355	451
1. Julgamento imediato do mérito	452
2. Cabimento	452
3. Julgamento imediato e ônus da prova	452
4. Direito à prova e julgamento imediato	452
5. Decisão	453

Seção III
Do Julgamento Antecipado
Parcial do Mérito

Art. 356	453
1. Julgamento imediato parcial do mérito	453
2. Quebra do dogma da unidade e unicidade	454

3. Cabimento	454
4. Liquidação ou execução	454
5. Autos suplementares	454
6. Agravo de instrumento	454

Seção IV Do Saneamento e da Organização do Processo

Art. 357	454
1. Do despacho saneador à organização em colaboração com as partes	455
2. Organização do processo	456
3. Por escrito	456
4. Em audiência	456
5. Consensual	456
6. Organização retrospectiva	456
7. Organização prospectiva	457
8. Meios de prova	457
9. Ônus da prova	458
10. Questões de direito relevantes	458

Capítulo XI DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Art. 358	458
1. Início	458
2. Decisões	458
Art. 359	459
1. Conciliação	459
Art. 360	459
1. Poder de polícia	459
2. Direção dos trabalhos	459
Art. 361	459
1. Ordem de produção da prova	460
2. Prova oral	460
3. Inobservância	460
Art. 362	460
1. Adiamento	460
2. Dispensa de prova	461
3. Indeferimento	461
Art. 363	461
1. Antecipação ou adiamento	461
Art. 364	461
1. Debates orais	461
2. Memoriais	462
Art. 365	462
1. Una e contínua	462

Art. 366	462
1. Prazo impróprio	462
2. Prolação de sentença	462
Art. 367	462
1. Termo de audiência.....	463
2. Gravação	463
Art. 368	463
1. Publicidade.....	463
2. Segredo de justiça	463

Capítulo XII DAS PROVAS

1. Prova.....	464
2. Prova e Direito Probatório	464
3. Direito Fundamental à Prova no Processo Civil	464

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 369	464
1. Prova e Verdade	464
2. Prova Típica e Prova Atípica	464
3. Direito das partes.....	464
4. Prova Ilícita.....	465
5. Prova Ilícita por Contaminação	465
Art. 370	465
1. Poderes Instrutórios do Juiz	466
2. Diligências Inúteis ou Meramente Protelatórias	466
3. Oitiva de Testemunha de Ofício	466
Art. 371	467
1. Apreciação da Prova	467
2. Modelos de Apreciação da Prova	467
3. Constância dos Autos.....	467
4. Forma dos Atos Jurídicos de Direito Material	468
5. Valoração da Prova Pericial e Formação do Convencimento Judicial.....	468
Art. 372	468
1. Prova emprestada.....	468
2. Interceptação telefônica emprestada do processo penal	469
3. Prova emprestada e processos entre as mesmas partes	469
Art. 373	469
1. Ônus da Prova	469
2. Dupla Finalidade.....	470
3. Como Regra de Instrução	470
4. Como Regra de Julgamento	470
5. Distribuição Fixa e Distribuição Dinâmica	470

6. Condicionantes Materiais da Distribuição Dinâmica	471
7. Condicionantes Processuais da Distribuição Dinâmica	471
8. Inversão do Ônus da Prova.....	472
9. Convenção sobre o Ônus da Prova	473
10. Convenção sobre Ônus de Prova e Relação de Consumo	473
11. Convenção Judicial e Extrajudicial sobre Ônus de Prova	473
12. Convenção sobre Ônus da Prova e Negócios Processuais	473
Art. 374	473
1. Independência de Prova.....	473
2. Ônus de Provar e Ônus de Alegar	474
3. Fato Notório	474
4. Prova da Notoriedade.....	475
5. Fato Confessado.....	475
6. Fatos Incontroversos	475
7. Presunção Legal.....	475
Art. 375	475
1. Máximas de Experiência.....	475
2. Regras de Experiência Comum	476
3. Regras de Experiência Técnica	476
4. Prova Pericial	476
5. Aplicação	476
6. Controle.....	476
Art. 376	477
1. Prova do Direito	477
2. Direito Estadual, Municipal e Estrangeiro.....	477
3. Direito Consuetudinário	477
4. Direito Internacional	477
Art. 377	477
1. Carta Probatória.....	478
2. Suspensão do Processo	478
3. Julgamento Final.....	478
Art. 378	479
1. Colaboração.....	479
2. Sanção	479
3. Regras de Exclusão	479
Art. 379	479
1. Colaboração das Partes.....	479
2. Direito de não produzir prova contra si.....	480
3. Coerção.....	480
4. Consequências	480
Art. 380	480
1. Colaboração de Terceiros.....	480
2. Comparecer e Informar	481
3. Exibir.....	481
4. Consequências	481
5. Contraditório.....	481

Seção II Da Produção Antecipada da Prova

Art. 381	482
1. Asseguração de Prova	482
2. Interesse na Asseguração de Prova	482
3. Cognição na Ação de Asseguração de Prova	483
4. Competência	483
5. Prevenção	483
6. Interrupção da Prescrição	483
7. Provas que podem ser colhidas antecipadamente.....	484
8. Prova Oral	484
9. Prova Pericial	484
10. Prova documental	484
11. Dispensa de Propositura de Ação Principal	485
12. Honorários Advocatícios	485
13. Arrolamento	485
14. Justificação	485
Art. 382	485
1. Petição Inicial	486
2. Liminar	486
3. Direito de Defesa.....	486
4. Asseguração de prova sem caráter contencioso.....	486
5. Audiência	486
6. Asseguração de Prova Pericial.....	486
7. Cumulação de colheita de provas	487
8. Recurso	487
Art. 383	487
1. Certidões.....	487

Seção III Da Ata Notarial

Art. 384	487
1. Ata notarial.....	487
2. Imagens e sons registrados em arquivos eletrônicos	488
3. Limites à ata notarial.....	488

Seção IV Do Depoimento Pessoal

1. Interrogatório Livre e Depoimento da Parte	488
Art. 385	488
1. Depoimento da Parte	488
2. Pluralidade de Partes no Mesmo Polo	489
3. Colheita da prova em outro foro	489
4. Procedimento do Depoimento da Parte.....	489
5. Publicidade Mediata	490

Art. 386	490
1. Recusa em Depor	490
2. Motivo Justificado	490
3. Emprego de Evasivas	491
Art. 387	491
1. Pessoal e Oral	491
2. Pessoa Jurídica e Absolutamente Incapaz	491
3. Notas Breves	491
4. Procedimento	492
Art. 388	492
1. Direito de Recusa	492
2. Fatos Criminosos ou Fatos Torpes Imputados à Parte	492
3. Dever de Sigilo	492
4. Desonra própria ou alheia	493
5. Perigo de vida	493
6. Imprescindibilidade do Depoimento	493

Seção V Da Confissão

Art. 389	493
1. Confissão	493
2. Capacidade	494
3. Consequências	494
4. Judicial ou Extrajudicial	494
Art. 390	494
1. Confissão Judicial	494
2. Espontânea ou Provocada	494
3. Escrita ou Oral	495
4. Procurador	495
Art. 391	495
1. Confitente e Sucessores	495
2. Confissão e Litisconsórcio Simples	495
3. Confissão e Litisconsórcio Unitário	495
Art. 392	496
1. Direitos Indisponíveis	496
2. Incapacidade	496
3. Estatuto da Pessoa com Deficiência	496
4. Extrapolação do mandato	496
Art. 393	496
1. Anulação	496
2. Causas	496
3. Anulatória	497
4. Legitimidade	497
Art. 394	497
1. Confissão Extrajudicial	497
2. Eficácia da Confissão Extrajudicial Escrita	497

3. Eficácia da Confissão Extrajudicial Oral.....	497
4. Terceiro ou sem Direção Específica.....	497
5. Prova Literal.....	497
Art. 395	498
1. Indivisibilidade.....	498
2. Simples ou Complexa.....	498
3. Divisibilidade.....	498
4. Faculdade.....	498
Seção VI	
Da Exibição de Documento ou Coisa	
1. Âmbito.....	498
Art. 396	499
1. Exibição.....	499
2. Multa Coercitiva e Multa Sancionatória.....	499
3. Busca e Apreensão.....	499
4. Documento ou Coisa.....	499
Art. 397	500
1. Pedido.....	500
2. Individualização.....	500
3. Finalidade.....	500
4. Circunstâncias.....	500
Art. 398	501
1. Intimação.....	501
2. Resposta.....	501
3. Prova.....	501
Art. 399	501
1. Recusa.....	501
Art. 400	502
1. Decisão.....	502
2. Não Exibição.....	502
3. Medidas de apoio.....	502
Art. 401	503
1. Ação de Exibição.....	503
2. Exibição de Ofício.....	503
3. Decisão.....	503
Art. 402	503
1. Defesa.....	503
Art. 403	504
1. Recusa à Exibição.....	504
2. Responsabilidade Penal.....	504
3. Medidas de apoio.....	504
Art. 404	505
1. Escusas.....	505
2. Família.....	505
3. Honra.....	505

4. Perigo de Ação Penal.....	505
5. Sigilo	505
6. Motivos Graves	506
7. Exibição Parcial.....	506

Seção VII Da Prova Documental

1. Prova Documental e Conceito de Documento.....	506
2. Prova Documental e Prova Documentada.....	506
3. Prova Documental e Prova Escrita	506

Subseção I Da Força Probante dos Documentos

Art. 405	506
1. Documento Público.....	507
2. Fatos	507
Art. 406	507
1. Prova Substancial	507
2. Local da Realização do Ato.....	507
3. Lei ou Negócio Jurídico.....	508
Art. 407	508
1. Documento Público Irregular.....	508
2. Atribuição de Eficácia de Documento Particular	508
3. Exigência de Prova Substancial.....	508
Art. 408	508
1. Documento Particular.....	508
2. Autoria Intelectual e Autoria Material	509
3. Presunção.....	509
4. Prova da Ciência e Prova do Fato	509
5. Documentos Constitutivos e Documentos Narrativos.....	509
Art. 409	509
1. Data.....	510
2. Dúvida	510
Art. 410	510
1. Autoria e Subscrição	510
2. Autoria e Ausência de Subscrição	510
Art. 411	510
1. Autenticidade e Veracidade.....	511
2. Reconhecimento de Firma	511
3. Presunção de Autenticidade.....	511
4. Documento Particular Autenticado	511
5. Documento Particular Não Autenticado	511
6. Autenticação por outros meios	511
7. Autenticidade e não impugnação	511

Art. 412	512
1. Eficácia Probatória do Documento Particular	512
2. Indivisibilidade	512
Art. 413	512
1. Transmissão de Informações	512
2. Assinatura	512
3. Reconhecimento de Firma	512
Art. 414	512
1. Conforme com o Original	512
2. Terceiro	513
Art. 415	513
1. Declaração Contrária	513
2. Documento Não Assinado	513
3. Carta e Registro Doméstico	513
4. Informalidade	513
5. Título	513
6. Conhecimento de Fatos	514
Art. 416	514
Art. 417	514
1. Livros Comerciais	514
2. Contra o seu Autor e Sucessores	514
3. Presunção	515
Art. 418	515
1. Livros Comerciais Regulares	515
2. Entre Empresários	515
3. Entre Empresário e Não Empresário	515
4. Presunção	515
Art. 419	515
1. Indivisibilidade	515
2. Divisibilidade	515
3. Fatos Favoráveis e Fatos Desfavoráveis	515
Art. 420	516
1. Sigilo Empresarial	516
2. Exibição Integral de Escritos Comerciais	516
3. Não Exibição	517
4. Terceiro	517
Art. 421	517
1. Exibição Parcial de Escritos Comerciais	517
2. Terceiro	517
Art. 422	517
1. Reprodução Mecânica	518
2. Cópia	518
3. Conformidade	518
4. Impugnação	518
5. Fotografia comum e digital	518
6. Jornal	519
7. Mensagem eletrônica (<i>e-mail</i>)	519

Art. 423	519
1. Cópia	519
2. Dúvida	519
Art. 424	520
1. Valor Probante das Cópias	520
2. Impugnação	520
3. Documentos digitalizados e extratos digitais	520
Art. 425	520
1. Mesma Eficácia	521
2. Preservação	521
3. Juntada	521
Art. 426	521
1. Entrelinha, Emenda, Borrão ou Cancelamento	521
2. Ponto Substancial	521
3. Ressalva	521
4. Alteração Maliciosa	521
Art. 427	522
1. Cessação de Eficácia	522
2. Falsidade Material	522
3. Formação de Documento Não Verdadeiro	522
4. Alteração de Documento Verdadeiro	522
Art. 428	522
1. Cessação de Eficácia de Documento Particular	522
2. Assinatura	522
3. Documento em Branco	523
4. Abuso no Preenchimento	523
Art. 429	523
1. Falsidade de Documento	523
2. Impugnação de Autenticidade	523

Subseção II Da Arguição de Falsidade

Art. 430	523
1. Declaração de Falsidade	524
2. Incidente Processual e Ação Incidental	524
3. Objeto	524
4. Cabimento	524
5. Legitimidade	525
6. Prazo	525
7. Perante o Tribunal	525
8. Preclusão	525
Art. 431	525
1. Ação Incidental	525
2. Petição	525
Art. 432	526
1. Intimação	526

2. Resposta.....	526
3. Prova.....	526
4. Documento Original.....	526
5. Concordância e Desentranhamento	526
6. Não produção da prova pericial.....	526
Art. 433	526
1. Decisão	526
2. Coisa Julgada	527
3. Despesas Processuais.....	527

Subseção III Da Produção da Prova Documental

Art. 434	527
1. Prova Documental e Documentos Indispensáveis	527
2. Preclusão	527
3. Justa Causa	528
4. Poder de Terceiro	528
5. Produção da prova cinematográfica ou fonográfica.....	528
Art. 435	528
1. Documentos Novos	528
2. Outras Hipóteses.....	528
3. Preclusão	529
Art. 436	529
1. Conteúdo do Contraditório	829
Art. 437	529
1. Contraditório.....	529
2. Invalidez.....	530
3. Prazo para manifestação	530
Art. 438	530
1. Requisição	530
2. Requisitos.....	531
3. Momento	531
4. Descumprimento	531
5. Certidões e Reproduções Fotográficas.....	531
6. Meio Eletrônico	532

Seção VIII Dos Documentos Eletrônicos

Art. 439	532
1. Processo convencional e conversão de documento eletrônico.....	532
2. Ausência de autenticação	532
Art. 440	532
1. Não conversão.....	532
Art. 441	532
1. ICP-Brasil.....	532
2. Outras leis	532

Seção IX
Da Prova Testemunhal

Subseção I
Da Admissibilidade e do Valor
da Prova Testemunhal

Art. 442	533
1. Prova Testemunhal	533
2. Objeto.....	533
3. Admissibilidade	533
4. Inadmissibilidade da prova testemunhal	533
Art. 443	534
1. Prova Documental ou Confissão.....	534
2. Prova Substancial ou Prova Pericial	534
3. Modo Diverso.....	534
Art. 444	534
1. Começo de Prova Escrita.....	534
Art. 445	535
1. Impossibilidade Material ou Moral.....	535
Art. 446	535
1. Simulação e Vícios do Consentimento	535
2. Parte	535
3. Vontade Real e Vontade Declarada	536
Art. 447	536
1. Restrições ao Depoimento Pessoal.....	536
2. Menor de Dezesesseis Anos.....	536
3. Cônjuge, Companheiro, Ascendente e Descendente	537
4. Interesse Público e Estado da Pessoa	537
5. Advogado	537
6. Informante	537
7. Valoração.....	537
8. Pessoa com Deficiência	537
Art. 448	538
1. Isenção do Dever de Depor	538
2. Possibilidade de Depor.....	538
Art. 449	538
1. Provas em Audiência.....	538
2. Impossibilidade de Comparecer e Impossibilidade de Prestar Depoimento.....	539
3. Enfermidade ou outro Motivo Relevante.....	539

Subseção II
Da Produção da Prova Testemunhal

Art. 450	539
1. Apresentação do rol de testemunhas.....	539
2. Dupla Finalidade.....	540

3. Indicação.....	540
4. Prazo	540
5. Número de Testemunhas	541
6. Dispensa	541
Art. 451	541
1. Substituição.....	541
2. Casos	541
Art. 452	541
1. Juiz da Causa como Testemunha.....	542
Art. 453	542
1. Imediação.....	542
2. Exceções.....	542
Art. 454	543
1. Residência, ou Onde Exercem a sua Função	543
2. Procedimento.....	543
Art. 455	544
1. Informação ou intimação da testemunha	544
2. Consequências do não comparecimento da testemunha.....	544
3. Intimação judicial	545
4. Funcionário Público ou Militar	545
5. Intimação judicial e Não Comparecimento	545
Art. 456	545
1. Inquirição.....	546
Art. 457	546
1. Qualificação.....	546
2. Contradita.....	546
3. Procedimento.....	546
4. Escusa.....	547
Art. 458	547
1. Compromisso	547
Art. 459	547
1. Modo de Interrogar	547
Art. 460	548
1. Documentação	548
Art. 461	548
1. Testemunha Referida	548
2. Acareação	548
Art. 462	549
1. Despesas.....	549
Art. 463	549
1. Serviço Público	549

Seção X Da Prova Pericial

Art. 464	549
1. Prova Pericial	550
2. Exame, Vistoria e Avaliação	550

3. Cabimento	550
4. Conhecimento Técnico Especializado	550
5. Outras Provas.....	550
6. Verificação Impraticável	550
7. Submissão à Perícia.....	551
8. Perícia simplificada	551
Art. 465	551
1. Nomeação	552
2. Prazo para Entrega do Laudo	552
3. Assistente Técnico e Quesitos	552
4. Honorários Periciais.....	553
5. Perícia Solicitada por Carta.....	553
6. Escusa, Recusa e Substituição e Perícia Deprecada.....	553
Art. 466	553
1. Independentemente de Termo de Compromisso	553
2. Confiança da Parte	553
3. Dever de comunicação	553
Art. 467	553
1. Escusa	554
2. Recusa.....	554
3. Novo Perito	554
Art. 468	554
1. Substituição	554
2. Comunicação	554
3. Substituição do perito e restituição dos valores recebidos	555
Art. 469	555
1. Quesitos Suplementares	555
2. Contraditório.....	555
3. Indeferimento.....	555
4. Quesitos Suplementares e Esclarecimentos.....	555
Art. 470	556
1. Quesitos Impertinentes	556
2. Quesitos Necessários	556
Art. 471	556
1. Perícia consensual.....	556
2. Perícia consensual e perícia judicial	557
Art. 472	557
1. Dispensa	557
Art. 473	557
1. Elementos do laudo pericial	557
2. Limites do laudo.....	558
3. Desempenho de sua Função.....	558
4. Instrução do Laudo.....	558
5. Terceiro.....	558
Art. 474	558
1. Ciência.....	558
2. Ineficácia.....	559

Art. 475	559
1. Perícia Complexa.....	559
2. Peritos e Assistentes Técnicos	559
Art. 476	559
1. Prorrogação	559
Art. 477	559
1. Prazo de Espera.....	560
2. Intimação	560
3. Pedido de Esclarecimentos	560
4. Prazo Mínimo.....	561
Art. 478	561
1. Estabelecimentos Oficiais Especializados.....	561
2. Perícia e assistência judiciária gratuita	561
3. Autenticidade da Letra e Firma.....	562
Art. 479	562
1. Valoração da Prova Pericial	562
2. Formação do Convencimento Judicial	562
Art. 480	562
1. Segunda Perícia	563
2. Novo Perito	563
3. Pronunciamento Judicial	563
4. Segundo Parecer Técnico.....	563
5. Objeto e Objetivo.....	563
6. Mesmas Disposições.....	563
7. Não Substituição	563

Seção XI Da Inspeção Judicial

Art. 481	563
1. Inspeção Judicial.....	564
2. Objeto.....	564
Art. 482	564
1. Inspeção Direta e Inspeção Indireta	564
Art. 483	564
1. Local.....	564
2. Contraditório.....	564
Art. 484	565
1. Auto de Inspeção	565

Capítulo XIII DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA

Seção I Disposições Gerais

Art. 485	565
1. Sentença terminativa.....	566
2. Sem resolução de mérito.....	566

3. Residualidade.....	566
4. Indeferimento da petição inicial	566
5. Negligência das partes	567
6. Abandono de causa	567
7. Pressupostos processuais como requisitos de existência e validade do processo ...	567
8. Pressupostos processuais como condições para concessão da tutela jurisdicional do direito	568
9. Pressupostos processuais e processo justo	568
10. Pressupostos processuais e paridade de armas	568
11. Legitimidade e interesse	569
12. Aferição da legitimidade e do interesse	569
13. Pressupostos processuais, condições da ação e conhecimento de ofício e a qualquer tempo.....	569
14. Convenção de arbitragem	570
15. Reconhecimento da própria competência pelo juízo arbitral.....	570
16. Desistência da ação	570
17. Intransmissibilidade da ação	570
18. Demais casos.....	571
Art. 486	571
1. Nova ação	571
2. Correção	571
3. Litispendência e coisa julgada	571
4. Perempção	571
5. Prova do pagamento.....	572
Art. 487	572
1. Sentença definitiva	572
2. Julgamento de mérito e resolução de mérito	572
3. Acolhimento ou rejeição do pedido	572
4. Confusão	572
5. Decadência ou prescrição.....	573
6. Reconhecimento jurídico do pedido.....	573
7. Transação	573
8. Renúncia à pretensão	574
9. Dever de diálogo.....	574
Art. 488	574
1. Sempre que possível.....	574

Seção II

Dos Elementos e dos Efeitos da Sentença

Art. 489	575
1. Sentença e decisão	575
2. Elementos essenciais.....	576
3. Relatório	576
4. Fundamentação.....	576
5. Comunidade Argumentativa de Trabalho	576
6. Indicação, reprodução ou paráfrase	577
7. Termos vagos	577
8. Qualquer outra decisão.....	577
9. Dever de debate.....	577

10. Precedentes.....	578
11. Distinção.....	578
12. Superação.....	578
13. Colisão entre normas.....	579
14. Interpretação.....	579
15. Dispositivo.....	579
Art. 490	580
1. Acolhimento ou rejeição.....	580
Art. 491	580
1. Sentença líquida.....	580
2. Sentença ilíquida.....	580
Art. 492	581
1. Sentença conforme ao pedido.....	581
2. Mitigação.....	581
3. Sentença certa e relação condicional.....	582
Art. 493	582
1. Fato superveniente.....	582
2. Instâncias ordinárias.....	583
3. Contraditório.....	583
Art. 494	583
1. Preclusão.....	583
2. Inexatidões materiais e erros de cálculo.....	583
3. Embargos de declaração.....	584
Art. 495	584
1. Hipoteca judiciária.....	584
2. Tutela pecuniária.....	585
3. Hipoteca judiciária, tutela cautelar e penhora.....	585
4. Registro.....	585
5. Responsabilidade.....	585

Seção III Da Remessa Necessária

Art. 496	585
1. Remessa necessária.....	586
2. Sentença contrária.....	586
3. Acolhimento total ou parcial de embargos.....	587
4. Demais Casos.....	587
5. Procedimento.....	587
6. Dispensa.....	587
7. Julgamento.....	587

Seção IV Do Julgamento das Ações Relativas às Prestações de Fazer, de Não Fazer e de Entregar Coisa

Art. 497	587
1. Tutela dos direitos e técnica processual.....	588
2. Tutela específica e tutela pelo resultado prático equivalente.....	588

3. Tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito	588
4. Tutela ressarcitória na forma específica	589
5. Tutela específica do adimplemento	589
6. Ato ilícito, fato danoso e inadimplemento	589
7. Tutela específica, resultado prático equivalente e tutela pelo equivalente monetário	590
8. Tutela positiva e tutela negativa	591
9. Antecipação da tutela	591
10. Sentença mandamental e sentença executiva	592
Art. 498	592
1. Tutela dos direitos e técnica processual	592
2. Tutela do adimplemento da obrigação contratual de entregar coisa móvel	592
3. Tutela do adimplemento da obrigação de entregar coisa móvel e tutela de imissão na posse de coisa móvel.....	593
4. Tutela específica mediante entrega de coisa em substituição à defeituosa.....	593
5. Tutela de imissão na posse.....	593
6. Tutela reivindicatória	593
7. Tutela de reintegração de posse.....	593
8. Comodato	594
9. <i>Leasing</i>	594
10. Tutela ressarcitória na forma específica mediante a entrega de coisa.....	594
11. Antecipação da tutela	594
12. Sentença mandamental e sentença executiva	594
13. Individualização da coisa	594
14. Instante da individualização.....	594
15. Impugnação da individualização da coisa	595
16. Localização da coisa.....	595
17. Direito de retenção	595
Art. 499	595
1. Tutela pelo equivalente monetário	595
2. Requerimento da parte	596
Art. 500	596
1. Cumulação da indenização com a multa	596
Art. 501	597
1. Emissão de declaração de vontade.....	597
2. Sentença executiva.....	597
3. Momento de eficácia.....	597
4. Antecipação da tutela	597
5. Consequências da sentença e nova situação	597
6. Pré-contrato e contrato definitivo	598
7. Validade, eficácia e registro do pré-contrato	598
8. Prévia interpelação.....	598
9. Consequências da sentença e contrato definitivo	598
10. Sinalagma.....	599
11. Sentença de improcedência.....	599

Seção V Da Coisa Julgada

1. Coisa julgada, segurança jurídica e Estado Constitucional	599
Art. 502	599
1. Eficácia e autoridade da sentença	599
2. Coisa julgada: da estática à dinâmica, da vontade das partes à evolução do debate	600
3. Coisa julgada e preclusão	600
4. Trânsito em julgado	600
5. Limites	601
6. Eficácia	601
Art. 503	601
1. Limites objetivos	601
2. Coisa julgada sobre a questão prejudicial	602
Art. 504	603
1. Não fazem coisa julgada	603
Art. 505	603
1. Limites temporais	603
2. Mesma lide	603
3. Trato continuado	603
4. Demais casos	604
5. Nova ação	604
Art. 506	604
1. Limites subjetivos	604
2. Não prejudicando terceiros	605
3. Coisa julgada e obrigação solidária	605
4. Causas relativas ao estado de pessoa	605
Art. 507	605
1. Preclusão	605
2. Ordem pública	606
Art. 508	606
1. Eficácia preclusiva	606
2. Alegações e defesas	606

Capítulo XIV DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

1. Liquidação de Sentença	607
2. Formas de Liquidação	607
3. Dimensionamento do Dano no Juízo Penal	607
4. Decisão da Liquidação	607
5. Coisa Julgada	608
Art. 509	608
1. Liquidação da Obrigação	608
2. Valor Devido	608
3. Parte Líquida e Parte Ilíquida	608
4. Requerimento	608

5. Intimação	609
6. Liquidação por Cálculos	609
7. Fidelidade ao Título	609
8. Autorização Legal	609
9. Liquidação Zero	610
Art. 510	610
1. Liquidação por Arbitramento	610
2. Regras da Perícia	610
3. Requerimento	610
4. Nomeação	610
5. Contraditório	611
6. Laudo	611
7. Esclarecimentos e audiência	611
8. Decisão	611
Art. 511	611
1. Liquidação pelo procedimento comum	611
2. Fato Novo	611
3. Procedimento Comum	611
Art. 512	612
1. Pendência de Recurso	612

Título II

Do Cumprimento da Sentença

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Processo de Execução no Código Buzaid	613
2. Cumprimento da Sentença no Código Atual	613
Art. 513	613
1. Cumprimento da Sentença	614
2. Sentenças Autossuficientes	614
3. Sentenças Não Autossuficientes	614
4. Sentença Condenatória ao Pagamento de Quantia e Cumprimento da Sentença por Execução Forçada	614
5. Técnicas de Indução e de Sub-rogação e Pagamento de Quantia	615
6. Execução de Decisão Definitiva e Execução de Decisão Provisória	616
7. Intimação do devedor	616
8. Sujeição passiva ao cumprimento de sentença	616
Art. 514	616
1. Condição ou Termo	617
Art. 515	617
1. Títulos Executivos Judiciais	617
2. Sentenças e Decisões que Dependem de Cumprimento	617
3. Sentença Declaratória e Execução Forçada	618
4. Sentença Homologatória	618
5. Acordo Extrajudicial Homologado Judicialmente	618
6. Formal e Certidão de Partilha	618

7. Crédito do auxiliar da justiça aprovado judicialmente	619
8. Sentença Penal Condenatória	619
9. Sentença Arbitral	619
10. Sentença e Decisão Interlocutória Estrangeira	620
11. Ordem de Citação	620
Art. 516	620
1. Competência	620
2. Conexão de cumprimentos de sentença	621
3. Conexão e Tutela Coletiva	621
4. Tribunal Marítimo	621
Art. 517	621
1. Protesto do título judicial	621
Art. 518	622
1. Competência para o conhecimento das questões da execução	622
2. Atos praticados em razão de carta ou de auxílio direto	622
Art. 519	622
1. Regime das Tutelas Provisórias	622

Capítulo II

DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

Art. 520	622
1. Cumprimento Imediato da Decisão Provisória	623
2. Espécies de Decisões Passíveis de Cumprimento Imediato na Pendência de Recurso Não Recebido com Efeito Suspensivo	623
3. Cumprimento do Mesmo Modo que o Definitivo	623
4. Regime	623
5. Iniciativa e Responsabilidade do Demandante	624
6. Restituição ao Estado Anterior e Dever de Reparar o Dano	624
7. Caução Suficiente e Idônea	624
8. Multa Sancionatória de 10% (Dez por Cento) na Execução de Decisão Provisória (art. 523, § 1.º, CPC)	625
Art. 521	626
1. Dispensa de Caução	626
Art. 522	626
1. Instrução do Requerimento	627
2. Outros documentos obrigatórios	627

Capítulo III

DO CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA

1. Cumprimento de prestação pecuniária	627
Art. 523	627
1. Requerimento de execução	628
2. Admissão da Execução	628

3. Cabimento de Honorários de Advogado na Fase de Cumprimento da Sentença por Execução Forçada	628
4. Pagamento Voluntário	628
5. Intimação para Pagamento	629
6. Multa Punitiva	629
7. Pagamento em Face de Decisão Definitiva e Pagamento em Face de Decisão Provisória	630
8. Pagamento Parcial	630
9. Seguimento para Execução	630
10. Penhora <i>on-line</i>	630
11. Preferência da Penhora <i>on-line</i> sobre Todas as Outras Formas de Penhora	631
12. Avaliação	631
Art. 524	631
1. Requerimento de execução	632
2. Demonstrativo de crédito	632
3. Contador do Juízo	632
4. Intimação do Credor	632
5. Litígio sobre o valor da execução	633
6. Dados Existentes	633
7. Justificativa	633
8. Presunção de Correção dos Cálculos	633
Art. 525	633
1. Defesa do Executado	635
2. Impugnação	635
3. Legitimidade	635
4. Dispensa de Prévia Segurança do Juízo	635
5. Matérias	636
6. Inexistência ou Invalidez da Citação	636
7. Ilegitimidade das Partes	636
8. Inexequibilidade do Título ou Inexigibilidade da Obrigação	637
9. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	637
10. Excesso de Execução	637
11. Incompetência relativa ou absoluta	638
12. Causa Impeditiva, Modificativa ou Extintiva da Obrigação Superveniente à Sentença	638
13. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal	638
14. Recebimento e Rejeição	641
15. Efeito Suspensivo	641
16. Relevantes Fundamentos	641
17. Manifestamente Suscetível	641
18. Grave Dano de Dificil ou Incerta Reparação	641
19. Penhora, Depósito ou Caução Suficientes	642
20. Decisão	642
21. Suspensão Total e Suspensão Parcial	642
22. Modulações do Efeito Suspensivo	642
23. Prosseguimento da Execução	643
24. Procedimento	643
25. Decisão Final	643

26. Apelação e Agravo de Instrumento	644
27. Coisa Julgada e Preclusão.....	644
28. Defesa ulterior no cumprimento de sentença.....	644
29. Exceção de Pré-executividade	644
Art. 526	645
1. Cumprimento espontâneo e depósito judicial.....	645
Art. 527	646
1. Cumprimento provisório de sentença.....	646
Capítulo IV	
DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS	
Art. 528	646
1. Alimentos	647
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos	647
3. Título Executivo.....	648
4. Requerimento do credor	648
5. Citação do Executado	648
6. Impossibilidade de pagamento	648
7. Prisão Civil.....	649
8. Prazo da Prisão.....	649
9. Protesto.....	650
10. Expropriação	650
11. Cumprimento por expropriação e oferecimento de Impugnação	650
12. Cumprimento de decisão provisória de prestação alimentar	650
13. Competência	650
Art. 529	651
1. Desconto em Folha	651
2. Dever de Terceiros	651
3. Desconto em Renda.....	651
Art. 530	652
1. Execução por expropriação	652
Art. 531	652
1. Regime comum a alimentos definitivos e provisórios.....	652
Art. 532	652
1. Conduta Procrastinatória	652
Art. 533	652
1. Técnicas Processuais e Prestação de Alimentos.....	653
2. Constituição de Capital.....	653
3. Folha de Pagamento, Fiança Bancária ou Garantia Real	654
4. Condições Econômicas	654
5. Salário Mínimo	654
6. Cessação da Obrigação	654
7. Outras técnicas disponíveis aos alimentos civis	654

Capítulo V

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA

Art. 534	654
1. Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	655
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública	655
3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial. Pode-se efetivar, contra a Fazenda Pública, tanto títulos judiciais como extrajudiciais	655
4. Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Cumprimento contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória	656
5. Requerimento	656
6. Litisconsórcio ativo	656
7. Multa sancionatória	656
Art. 535	656
1. Intimação para Oposição de Impugnação	657
2. Impugnação à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo	657
3. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	658
4. Pedido de cumprimento não impugnado e honorários de sucumbência	658
5. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal	658
6. Precatório	659
7. Precatório Alimentar	659
8. Débitos de Natureza Alimentícia	659
9. Precatório Complementar	659
10. Ausência de Pagamento de Precatório	660
11. Crédito de Pequeno Valor	660
12. Preferência e Sequestro	661
13. Alegação de excesso de execução	661
14. Inexigibilidade da Obrigação e Controle de Constitucionalidade	661

Capítulo VI

DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

Seção I

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Fazer ou de Não Fazer

Art. 536	664
1. Tutela específica e resultado prático equivalente	664
2. Poder Executivo e Medidas Necessárias	665
3. Prisão Civil. STF	665
4. Prisão Civil	666
5. Controle do Poder Executivo do Juiz	667
6. Quebra da Congruência entre o Pedido e a Sentença	667
7. Alteração da Sentença na Fase de Cumprimento	668
8. Defesa do Demandado	668

9. Intervenção Judicial	668
10. Litigância de má-fé e sanção criminal.....	669
11. Deveres de fazer e não fazer.....	669
Art. 537	669
1. Multa Coercitiva	669
2. Cabimento da Multa.....	670
3. Imposição de Multa contra a Fazenda Pública	670
4. Multa de Ofício ou a Requerimento	670
5. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva	671
6. Adequação do Valor da Multa	671
7. Beneficiário da Multa.....	671
8. Momento a Partir do Qual a Multa se Torna Eficaz e Momento a Partir do Qual Pode Ser Executada	671
9. Realização da multa	671
10. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa.....	672
11. Cumulação da Indenização com a Multa	672

Seção II

Do Cumprimento de Sentença que Reconheça a Exigibilidade de Obrigação de Entregar Coisa

Art. 538	672
1. Busca e Apreensão e Imissão na Posse	673
2. Multa Coercitiva e Medidas Necessárias.....	673
3. Súmula 500, STF.....	673
4. Adequação das Medidas Executivas	673
5. Localização da Coisa.....	673
6. Busca e Apreensão, Imissão na Posse, Multa Coercitiva e Medidas Necessárias contra a Fazenda Pública	673
7. Controle do Poder Executivo do Juiz.....	673
8. Direito de Retenção	674
9. Defesa do Demandado	674

Título III

Dos Procedimentos Especiais

1. Procedimentos Especiais	675
2. Procedimentos Especiais no Código Buzaid	675
3. Procedimentos Especiais depois das Reformas de 1994 e no Código de 2015	675
4. Negócios Processuais e Procedimentos Específicos	675

Capítulo I

DA AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

Art. 539	675
1. Ação de Consignação em Pagamento	676
2. Direito Civil	676
3. Locações	676
4. Direito Tributário	676

5. Cognição na Ação de Consignação em Pagamento	676
6. Objeto da Prestação	677
7. Facultatividade	677
8. Legitimidade Ativa.....	677
9. Legitimidade Passiva	677
10. Momento para Consignação	677
11. Depósito Bancário	677
Art. 540	678
1. Competência	678
2. Cessação dos Juros e dos Riscos.	678
Art. 541	678
1. Prestações Periódicas	678
2. Data do Vencimento	678
3. Trânsito em Julgado	678
Art. 542	679
1. Depósito	679
2. Depósito na Consignatória de Aluguéis.....	679
3. Dispensa do Depósito	679
4. Discussão sobre o Conteúdo das Prestações	679
Art. 543	680
1. Direito de Escolha	680
Art. 544	680
1. Prazo	680
2. Matéria	680
3. Revelia	680
Art. 545	681
1. Depósito Insuficiente.....	681
2. Parcela Incontroversa	681
3. Título Executivo.....	681
Art. 546	682
1. Despesas Processuais.....	682
2. Reconhecimento Jurídico do Pedido	682
Art. 547	682
1. Dívida sobre quem Deva Legitimamente Receber.....	682
2. Credor de um dos Credores.....	682
Art. 548	683
1. Duas Fases.....	683
2. Primeira Fase	683
3. Segunda Fase	683
Art. 549	683

Capítulo II
DA AÇÃO
DE EXIGIR CONTAS

Art. 550	684
1. Ação para Tomar Contas	684
2. Dever de Prestar Contas	684

3. Quitação	684
4. Fases	685
5. Consórcio	685
6. Conta-Corrente	685
7. Cooperativa.....	685
8. Ex-Prefeito.....	685
9. Inventariante	685
10. Sócio-Gerente.....	685
11. Petição Inicial da Ação de Exigir Contas	686
12. Apresentação de Contas	686
13. Contestação	686
14. Contestação e Apresentação de Contas	686
15. Revelia	686
16. Procedimento.....	686
17. Decisão da Primeira Fase	687
18. Contraditório sobre as Contas.....	687
19. Sentença da Segunda Fase	687
20. Despesas Processuais.....	687
Art. 551	687
1. Forma Adequada	687
2. Documentos Justificativos	687
3. Contas do autor	688
Art. 552	688
1. Título Executivo	688
Art. 553	688

Capítulo III DAS AÇÕES POSSESSÓRIAS

Seção I Disposições Gerais

Art. 554	688
1. Ações Possessórias	689
2. Ação de Reintegração de Posse e Ação de Imissão de Posse	689
3. Ação de Reintegração de Posse, Ação Reivindicatória e Ação de Imissão de Posse	690
4. Fungibilidade entre as Tutelas Possessórias	690
5. Conflito coletivo possessório.....	690
Art. 555	691
1. Cumulação de Pedidos	691
2. Pedido de desfazimento de construção ou plantação.....	691
3. Modalidades Executivas para a Inibição de Novo Esbulho ou Turbação.....	691
4. Modalidades Executivas para o Desfazimento de Construção ou Plantação Feita em Detrimento da Posse	692
5. Dever de Custeio das Despesas para o Desfazimento e Meio Executivo para a sua Imposição	692
6. Utilidade do Desfazimento da Construção ou da Plantação	692
7. Tutela Definitiva da Parte Incontroversa da Demanda e Cumulação do Pedido Possessório com o Pedido de Perdas e Danos	692

Art. 556	692
1. Viabilidade de se Requerer Tutelas Possessória e Ressarcitória na Própria Contestação	692
2. Tutelas de Reintegração de Posse e de Ressarcimento dos Frutos Demandadas na Contestação	693
Art. 557	693
1. Exceção de Domínio na Pendência do Juízo Possessório	693
2. Razão de Ser da Proibição da Discussão do Domínio nas Ações Possessórias.....	694
3. Constitucionalidade da Proibição da Discussão do Domínio na Pendência da Ação Possessória.....	694
4. Aplicabilidade da Súmula 487, STF	694
Art. 558	694
1. Procedimento Possessório e Tutela Possessória	694
2. Procedimento Especial para a Tutela Possessória	695
3. Mais de Ano e Dia e Utilização das Técnicas Processuais dos Arts. 550 a 552, CPC	695
4. Tutela Antecipatória em Caso de Mais de Ano e Dia.....	695
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente	695
6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia	696
Art. 559	696
1. Pedido ao Juiz para que Ordene ao Autor que Requeira Caução.....	696
2. Pedido nos Autos da Ação Possessória.....	696
3. Caráter Assecuratório da Medida	696
4. Momento do Requerimento	696
5. Caução Real e Fidejussória	696
6. Hipossuficiência econômica.....	697

Seção II Da manutenção e da Reintegração de Posse

Art. 560	697
1. Manutenção e Reintegração de Posse	697
2. Composse.....	697
3. Detenção	697
4. Servidão de Trânsito e Proteção Possessória	697
5. Tutela Possessória e Bens Imateriais.....	697
6. Reintegração de Posse e Leasing.....	698
7. Reintegração de Posse, Leasing e Cláusula Resolutiva Expressa.....	698
8. Reintegração de Posse, Leasing e Necessidade de Notificação	698
9. Leasing e Descabimento de Ação de Reintegração de Posse.....	698
Art. 561	699
1. Ação Fundada na Posse	699
2. Prova da Posse.....	699
3. Turbação ou Esbulho	700
4. Data da Turbação ou do Esbulho	700
5. Contagem do Prazo de Ano e Dia e Possuidor Ausente	700

6. Atos Preparatórios, Consumação do Esbulho e Contagem do Prazo de Ano e Dia	700
7. Atos Repetitivos, Turbação e Contagem do Prazo de Ano e Dia	700
Art. 562	700
1. Petição Inicial Devidamente Instruída e Dever de Concessão de Tutela Possessória Antecipada	701
2. Tutela Antecipada na Ação de Reintegração de Posse Fundada no art. 552, CPC	701
3. Designação de Audiência de Justificação	701
4. Não designação de Audiência de Justificação	701
5. Citação do Réu para Comparecer à Audiência	702
6. Forma de Participação do Réu na Audiência	702
7. Prazo para o Réu Contestar	702
8. Pessoa Jurídica de Direito Público e Necessidade de Audiência Prévia	702
9. Prazo para a Pessoa Jurídica de Direito Público se Pronunciar	702
10. Pessoa Jurídica de Direito Público. Direito à Prévia Manifestação e Direito de Participar da Audiência de Justificação	702
Art. 563	702
1. Suficiência da Justificação	702
2. Mandado de Manutenção e Mandado de Reintegração	703
3. Aplicabilidade dos arts. 536 e 538, CPC, na Execução da Manutenção e da Reintegração	703
Art. 564	703
1. Necessidade da Intimação do Autor, acerca da Decisão sobre a Tutela Antecipatória, para a Fluência do Prazo de Cinco Dias	703
2. Promoção da Citação	703
Art. 565	703
1. Conflito coletivo possessório	704
2. Liminar e Mediação prévia	704
3. Participação do Ministério Público e da Defensoria Pública	704
4. Inspeção judicial	704
5. Participação dos órgãos de política agrária e política urbana	704
6. Conflitos coletivos sobre propriedade de imóvel	704
Art. 566	704
1. Aplicabilidade dos Arts. 550 a 552, CPC	704
Seção III	
Do interdito proibitório	
Art. 567	705
1. Tutela Inibitória Possessória	705
2. Justo Receio	705
3. Repetição de Moléstia da Posse	705
4. Multa como Meio Executivo	705
5. Interdito Proibitório e Tutela Inibitória na Proteção de Bem Imaterial	705
Art. 568	705
1. Aplicabilidade das Normas da Seção Antecedente ao Interdito Proibitório	705

Capítulo IV
DA AÇÃO DE DIVISÃO
E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

Seção I
Disposições Gerais

Art. 569	706
1. Ação de Demarcação	706
2. Ação de Divisão	706
3. Duplicidade	706
4. Perpetuidade	706
5. Total ou Parcial	706
6. Terras Particulares	707
7. Ação Demarcatória e Ação Reivindicatória	707
8. Ação Demarcatória e Ação Possessória	707
Art. 570	707
1. Cumulação	707
Art. 571	707
1. Demarcação e divisão extrajudiciais	708
Art. 572	708
1. Terceiros,	708
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário	708
3. Cumulação Alternativa	708
4. Litispendência	708
5. Trânsito em Julgado	709
6. Denúnciação da Lide	709
Art. 573	709

Seção II
Da Demarcação

Art. 574	709
1. Competência	709
2. Legitimação	710
3. Causa de Pedir	710
4. Pedido	710
5. Valor da Causa	710
6. Documentos Necessários	710
Art. 575	710
1. Qualquer Condômino	710
2. Litisconsórcio	710
Art. 576	711
1. Citação	711
2. Citação por Edital	711
Art. 577	711
1. Prazo	711
2. Prazo em Dobro	711

Art. 578	711
1. Contestação	711
2. Procedimento	712
Art. 579	712
1. Perícia	712
2. Assistentes Técnicos	712
Art. 580	712
1. Laudo Pericial	712
2. Laudo dos Assistentes	712
Art. 581	712
1. Sentença de Procedência	712
2. Sentença de Improcedência	713
3. Efeito anexo da sentença de procedência	713
Art. 582	713
1. Trânsito em Julgado	713
2. Cumprimento de Sentença	713
Art. 583	713
1. Cadernetas de Operações de Campo e Memorial Descritivo	714
Art. 584	714
1. Marcos	714
Art. 585	714
1. Relatório	714
2. Peritos e agrimensor	714
Art. 586	714
1. Manifestação das Partes	714
2. Decisão	714
3. Auto de Demarcação	714
Art. 587	715

Seção III **Da divisão**

Art. 588	715
1. Competência	715
2. Legitimação	715
3. Causa de Pedir	716
4. Pedido	716
5. Cumulação	716
6. Valor da Causa	716
7. Documentos Necessários	716
8. Ação Divisória e Composse	716
Art. 589	716
1. Citação	716
2. Citação por Edital	716
3. Prazo	716
4. Prazo em Dobro	716
5. Contestação	717

6. Procedimento.....	717
7. Sentença de Procedência	717
Art. 590	717
1. Cumprimento da Sentença	717
2. Elementos do laudo pericial	717
Art. 591	717
1. Pedido de Constituição dos Quinhões.....	717
Art. 592	718
1. Oitiva das Partes. Decisão	718
Art. 593	718
1. Linha do Perímetro.....	718
2. Benfeitorias permanentes	718
Art. 594	718
1. Terceiros.....	718
2. Tutela Específica e Tutela pelo Equivalente Monetário.....	718
3. Cumulação Alternativa	719
4. Litispendência	719
5. Trânsito em Julgado	719
6. Denúnciação da Lide	719
Art. 595	719
1. Proposta de Divisão.....	719
Art. 596	720
1. Oitiva das Partes.....	720
2. Cumprimento	720
Art. 597	720
1. Auto de Divisão.....	721
2. Folha de Pagamento.....	721
3. Sentença Homologatória da Divisão	721
Art. 598	721

Capítulo V
DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO
PARCIAL DE SOCIEDADE

Art. 599	721
1. Medidas disciplinadas por este capítulo	721
2. Fundamentos da dissolução	722
3. Direito de retirada	722
4. Exclusão do sócio	722
5. Morte do sócio	722
6. Entidades que podem utilizar da ação de dissolução parcial de sociedade	722
7. Prescrição	722
Art. 600	722
1. Legitimidade ativa.....	723
2. Óbito do sócio.....	723
3. Retirada	723
4. Exclusão	723
5. Apuração de haveres	723

Art. 601	723
1. Legitimidade passiva.....	723
2. Ação proposta pela sociedade	724
3. Prazo para a resposta dos réus	724
Art. 602	724
1. Pedido de compensação.....	724
Art. 603	724
1. Resposta dos réus.....	724
2. Concordância na dissolução	724
3. Procedimento a ser observado	724
4. Controvérsia sobre o valor dos haveres.....	725
Art. 604	725
1. Sentença de procedência.....	725
2. Parte incontroversa	725
Art. 605	725
1. Data da dissolução parcial	725
Art. 606	726
1. Critérios para apuração de haveres	726
2. Perito	726
Art. 607	726
1. Alteração dos critérios para apuração de haveres.....	726
Art. 608	726
1. Valores devidos.....	726
Art. 609	726
1. Pagamento dos haveres.....	726
2. Mora da sociedade	727

Capítulo VI
DO INVENTÁRIO E DA PARTILHA
Seção I
Disposições Gerais

Art. 610	727
1. Inventário e Partilha.....	727
2. Espécies.....	727
3. Inventário Judicial	727
4. Inventário Extrajudicial.....	728
5. Foro do Inventário e da Partilha.....	728
Art. 611	728
1. Abertura do Inventário.....	728
2. Sanção	729
3. Encerramento do Inventário	729
4. Participação do Ministério Público	729
Art. 612	729
1. Juízo Universal	729
2. Cognição Plena e Exauriente Secundum Eventum Probationis	729
3. Decisão	730

Art. 613	730
1. Administrador Provisório	730
2. Herdeiros	730
Art. 614	731

Seção II

Da Legitimidade para Requerer o Inventário

Art. 615	731
1. Legitimidade	731
2. Documento Necessário	731
Art. 616	731
1. Legitimidade Concorrente	732

Seção III

Do Inventariante e das Primeiras Declarações

Art. 617	732
1. Inventariante	732
2. Compromisso	733
3. Decisão	733
Art. 618	733
1. Atribuições	733
Art. 619	733
1. Ouvidos os Interessados e com Autorização do Juiz	733
2. Despesas com o Inventário	734
Art. 620	734
1. Primeiras Declarações	735
2. Relação Patrimonial	735
3. Determinações Judiciais	735
4. Declaração por petição	735
Art. 621	735
1. Sonegação ao Inventariante	735
2. Ação de Sonegados	736
Art. 622	736
1. Remoção do Inventariante	736
Art. 623	736
1. Processo Justo	736
2. Decisão	737
Art. 624	737
1. Nova Nomeação	737
Art. 625	737
1. Entrega de Bens	737

Seção IV

Das Citações e das Impugnações

Art. 626	737
1. Litisconsórcio Necessário	738
2. Testamenteiro	738
3. Citações	738

Art. 627	738
1. Manifestação das Partes	739
2. Erros, Omissões e Sonegações de bens	739
3. Nomeação do Inventariante	739
4. Qualidade de Herdeiro	739
5. Colações	739
6. Reserva de Bens	739
7. Decisão	740
Art. 628	740
1. Exame do Pedido	740
2. Não Obsta o Andamento do Inventário	740
Art. 629	740
1. Fazenda Pública	740
2. Reserva de Bens	740

Seção V

Da Avaliação e do Cálculo do Imposto

Art. 630	741
1. Avaliação	741
2. Assistentes Técnicos	741
Art. 631	741
1. Laudo de Avaliação e Nova Avaliação	741
Art. 632	741
1. Carta Precatória	741
Art. 633	741
1. Dispensa de Avaliação	742
Art. 634	742
1. Avaliação da Fazenda Pública	742
Art. 635	742
1. Laudo de Avaliação	742
2. Manifestação das Partes	742
3. Impugnação	742
Art. 636	742
1. Últimas Declarações	742
Art. 637	742
1. Alíquota	742
2. Cálculo do Imposto	743
3. Correção Monetária	743
4. Isenção	743
5. Honorários de Advogado	743
6. Morte Presumida	743
7. Nova Avaliação	743
8. Promessa de Compra e Venda	743
Art. 638	743
1. Decisão	743
2. Exigibilidade	744

Seção VI Das Colações

Art. 639	744
1. Colação	744
2. Avaliação	744
3. Ministério Público	744
Art. 640	744
1. Renúncia ou Exclusão de Herdeiros	745
2. Parte Inoficiosa	745
Art. 641	745
1. Oposição	745
2. Decisão	746
3. Sequestro.....	746

Seção VII Do Pagamento das Dívidas

Art. 642	746
1. Pagamento das Dívidas	746
2. Habilitação	746
3. Expropriação	746
4. Fazenda Pública	746
5. Partilha Homologada antes do Julgamento da Habilitação de Crédito.....	747
Art. 643	747
1. Meios Ordinários	747
2. Reserva de Bens.....	747
Art. 644	747
1. Dívida Ainda Inexigível	748
Art. 645	748
1. Legatário	748
Art. 646	748
1. Penhora.....	748

Seção VIII Da Partilha

Art. 647	748
1. Partilha	749
2. Bens Remotos, Litigiosos ou de Liquidação Morosa ou Difícil.....	749
3. Partilha em Vida.....	749
4. Decisão	749
Art. 648	749
1. Critérios para a partilha judicial ou amigável	749
Art. 649	749
1. Partilha de bens que não admitam divisão cômoda	749
Art. 650	750
1. Quinhão devido a nascituro.....	750

Art. 651	750
1. Esboço da Partilha	750
Art. 652	750
1. Intimação	750
2. Decisão	750
Art. 653	750
1. Partilha Definitiva.....	751
Art. 654	751
1. Tributos	751
2. Homologação da Partilha	751
3. Sobrepartilha	751
4. Anulação e Rescisão da Partilha.....	751
5. Petição de Herança	751
Art. 655	751
1. Trânsito em Julgado	751
2. Formal de Partilha	751
Art. 656	752
1. Emenda da Partilha.....	752
Art. 657	752
1. Ação Anulatória de Partilha.....	752
2. Legitimidade	752
3. Prazo	753
Art. 658	753
1. Ação Rescisória de Partilha.....	753
2. Legitimidade	753
3. Prazo	753

Seção IX Do Arrolamento

Art. 659	753
1. Arrolamento Sumário	754
2. Prova da Quitação dos Tributos	754
3. Homologação da Partilha	755
Art. 660	755
1. Petição Inicial.....	755
Art. 661	755
1. Dispensa de Avaliação.....	755
Art. 662	755
1. Cognição Parcial	756
2. Contraditório Eventual	756
Art. 663	756
1. Credores do Espólio	
Art. 664	757
1. Arrolamento Sumaríssimo.....	757
2. Ministério Público.....	757
3. Cognição Parcial e Exauriente Secundum Eventum Probationis.....	757

Art. 665	758
1. Arrolamento sumaríssimo e interesse de incapazes	758
Art. 666	758
1. Pagamento de Valores Independentemente de Inventário ou Arrolamento	758
Art. 667	758
1. Aplicação Subsidiária	758

Seção X

Das Disposições Comuns a Todas as Seções

Art. 668	758
1. Eficácia da Tutela Cautelar	758
2. Extinção do Inventário com ou sem Resolução de Mérito	759
Art. 669	759
1. Sobrepartilha	759
2. Espólio	759
3. Prescrição	760
Art. 670	760
1. Processo de Inventário e Partilha	760
Art. 671	760
1. Curador Especial	760
2. Múnus Público	760
Art. 672	760
1. Herdeiros de Ambos os Cônjuges Falecidos Forem os Mesmos	761
2. Morte de Herdeiro que não Possui Outros Bens além de seu Quinhão na Herança	761
Art. 673	761
1. Desnecessidade de Sobrepartilha	761

Capítulo VII

DOS EMBARGOS DE TERCEIRO

Art. 674	761
1. Embargos de Terceiro	761
2. Terceiro	762
3. Constrição Judicial	762
4. Fraude contra Credores	763
5. Cônjuge	763
6. União Estável	763
7. Meação. Ato Ilícito	763
8. Sócio-Gerente	763
9. Pré-Contrato	764
10. Contrato Particular de Permuta e Cessão de Direitos sem Registro	764
11. Doação Verbal	764
12. Entes Cadastrais	764
13. Desapropriação	764
14. Benfeitorias	764
15. Sentença Transitada em Julgado sem Registro	765
16. Divisão e Demarcação	765

17. Hipoteca e Penhor	765
18. Anticrese	765
19. Alienação Fiduciária	765
Art. 675	766
1. Processo de Conhecimento	766
2. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento	766
3. Fase de Conhecimento e Fase de Cumprimento	766
4. Processo de Execução	766
5. Tutela de Urgência	767
6. Procedimentos Especiais	767
7. Apreensão Criminal	767
8. Tutela Jurisdicional Diferenciada e Tutela Jurisdicional Comum	767
9. Terceiro e intimação pessoal	767
10. Prazo de Embargos de Terceiro e Fraude à Execução	768
11. Prazo e Preclusão	768
Art. 676	768
1. Competência	768
2. Juízo Deprecante e Juízo Deprecado	768
3. Competência Delegada. Extensão da Delegação às Ações Acessórias	769
Art. 677	769
1. Prova Sumária da Posse	769
2. Prova da Qualidade de Terceiro	769
3. Documentos e Rol de Testemunhas	769
4. Valor da Causa	770
5. Legitimidade passiva para os embargos de terceiro	770
Art. 678	770
1. Antecipação de Tutela	770
2. Decisão	771
3. Técnicas Processuais para o Cumprimento da Decisão Antecipatória	771
4. Suspensão do Processo Principal	771
5. Duração do Período de Suspensão	771
6. Decisão	771
7. Caução	771
Art. 679	771
1. Contestação	772
2. Procedimento	772
Art. 680	772
1. Matéria de Contestação	772
Art. 681	772
1. Sentença	772
2. Honorários Advocatícios	772
Capítulo VIII	
DA OPOSIÇÃO	
Art. 682	773
1. Oposição	773
2. Oposição Sucessiva	773
3. Momento para Oposição	773

Art. 683	773
1. Petição Inicial	774
2. Distribuição e Citação	774
3. Resposta dos Opostos	774
Art. 684	774
1. Reconhecimento do Pedido	774
Art. 685	774
1. Oposição Antes da Audiência de Instrução e Julgamento	774
2. Oposição Depois da Audiência de Instrução e Julgamento	774
Art. 686	775

Capítulo IX DA HABILITAÇÃO

Art. 687	775
1. Habilitação	775
2. Habilitação no Processo e Dispensa Administrativa	775
Art. 688	776
1. Legitimidade	776
Art. 689	776
1. Habilitação como Processo Autônomo	776
2. Causa no Tribunal	776
Art. 690	776
1. Petição Inicial	776
2. Citação	777
3. Manifestação da parte contrária	777
Art. 691	777
1. Não impugnação	777
2. Procedimento	777
3. Sentença	777
Art. 692	777
1. Retomada do Curso da Causa Principal	777

Capítulo X DAS AÇÕES DE FAMÍLIA

Art. 693	777
1. Legislação própria	777
Art. 694	778
1. Prioridade da solução consensual	778
2. Suspensão do processo	778
Art. 695	778
1. Citação dos réus	778
2. Renúncia prévia à mediação ou à conciliação	779
Art. 696	779
1. Sessões de mediação e conciliação	779
Art. 697	779
1. Resposta do réu	779
2. Rito	779

Art. 698	779
1. Intervenção do Ministério Público	779
Art. 699	779
1. Depoimento de incapaz.....	779

Capítulo XI DA AÇÃO MONITÓRIA

Art. 700	780
1. Procedimento Monitório.....	780
2. Fundamento do Procedimento Monitório	780
3. Pagamento de Soma em Dinheiro, Entrega de Coisa Fungível ou Infungível ou de Bem Móvel ou Imóvel ou ainda Prestação de Fazer ou Não Fazer	781
4. Procedimento Monitório e Fazenda Pública	781
5. Título Executivo e Inadmissibilidade da Ação Monitória	781
6. Existência de Prova Escrita e Admissibilidade do Uso do Procedimento Comum.....	781
7. Conceito de Prova Escrita.....	781
8. Prova Escrita Composta por Dois ou Mais Escritos	782
9. Documento Particular	782
10. Conta-Corrente	782
11. Cheque Prescrito	782
12. Bem Alienado Fiduciariamente.....	782
13. Requisitos da petição inicial	782
14. Fungibilidade.....	783
15. Citação com Hora Certa.....	783
16. Citação por Edital	783
Art. 701	783
1. Diferença entre Prova Escrita, Prova Suficiente para a Tutela Antecipatória e Prova Suficiente para a Im procedência dos Embargos ao Mandado	783
2. Petição Inicial Devidamente Instruída com Prova Escrita	784
3. Suficiência de Convicção de Probabilidade e de Cognição Sumária.....	784
4. Decisão que Defere o Mandado.....	784
5. Deferimento da Expedição do Mandado e Determinação da Citação do Devedor.....	784
6. Atitudes do Devedor após a Expedição do Mandado.....	784
7. Estímulo ao Cumprimento do Mandado	785
8. Inércia do Réu e Formação do Título Executivo.....	785
9. Não Oposição dos Embargos ao Mandado, Multa do art. 502, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado.....	785
10. Mandado definitivo e ação rescisória	785
Art. 702	785
1. Apresentação de Embargos ao Mandado e Obstaculização da Execução.....	786
2. Embargos com Cognição Exauriente	786
3. Cognição Exauriente Secundum Eventum Defensionis	786
4. Procedimento Monitório Viabiliza a Ampla Defesa.....	786
5. Reconvencão.....	787
6. Tutela Antecipatória em Caso de Embargos Infundados	787
7. Tutela Antecipatória em Caso de Receio de Dano.....	787

8. Execução Imediata no Caso de Improcedência dos Embargos ao Mandado	788
9. Procedência do Pedido Monitório, Multa do art. 520, § 1.º, CPC, e Honorários de Advogado	788
10. Conteúdo da Impugnação	789
11. Alegação de Excesso de Execução	789
12. Ação Monitória contra a Fazenda Pública e Reexame Necessário	789
13. Parcelamento e ação monitória	789

Capítulo XII DA HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

Art. 703	789
1. Homologação de Penhor Legal	790
2. Penhor Legal	790
3. Ato Contínuo	790
4. Petição Inicial	790
5. Homologação extrajudicial	790
Art. 704	791
1. Defesa	791
2. Dívida Compreendida entre as Previstas em Lei	791
3. Bens Sujeitos a Penhor Legal	791
Art. 705	791
1. Procedimento	791
Art. 706	791
1. Sentença	792
2. Recurso	792

Capítulo XIII DA REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA

Art. 707	792
1. Avarias grossas	792
2. Competência para a demanda judicial de regulação de avaria grossa	793
3. Regulador de avaria grossa	793
Art. 708	793
1. Procedimento inicial	793
2. Prazos	794
3. Retenção da carga	794
Art. 709	794
1. Liquidação das avarias	794
Art. 710	794
1. Regulamento da avaria grossa	794
2. Impugnação do regulamento	794
3. Decisão judicial	795
Art. 711	795
1. Regulador	795

Capítulo XIV DA RESTAURAÇÃO DE AUTOS

Art. 712	795
1. Restauração de Autos	795
Art. 713	795
1. Competência	795
2. Competência. Juízo Deprecante e Juízo Deprecado	795
3. Juntada de Documentos	796
Art. 714	796
1. Ausência de Citação de Litisconsorte na Causa Principal	796
2. Contestação	796
3. Concordância	796
4. Concordância Parcial	796
5. Juntada de Documentos	797
6. Procedimento	797
Art. 715	797
1. Laudo Pericial	797
Art. 716	797
1. Sentença	797
Art. 717	798
1. Desaparecimento no Tribunal	798
Art. 718	798
1. Despesas Processuais	798
2. Responsabilidade Processual Civil, Civil e Penal	798

Capítulo XV DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

1. Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária	798
2. Jurisdição Voluntária e Tutela de Posições Jurídicas Não Expressamente Contempladas pela Legislação Infraconstitucional	798

Seção I Disposições Gerais

Art. 719	799
1. Procedimento Comum de Jurisdição Voluntária	799
Art. 720	799
1. Competência	799
2. Legitimidade Ativa	799
3. Causa de Pedir e Pedido	799
4. Documentos Necessários	800
Art. 721	800
1. Legitimidade Passiva	800
2. Ministério Público	800
3. Nulidade	800
4. Resposta	800
5. Litigiosidade	800

Art. 722	801
1. Fazenda Pública	801
Art. 723	801
1. Equidade	801
2. Sentença	801
3. Despesas Processuais	801
Art. 724	801
1. Apelação	802
2. Redesignação de Sexo no Registro	802
Art. 725	802
1. Rol Exemplificativo	802
2. Aplicação subsidiária	802

Seção II

Da Notificação e da Interpelação

Art. 726	803
1. Protestos, Notificações e Interpelações	803
2. Manifestação de Vontade	803
3. Intimação	803
4. Petição Inicial	803
5. Competência	804
6. Interesse	804
7. Prudência	804
8. Indeferimento da Petição Inicial	804
9. Intimação por Editais	804
10. Protesto contra Alienação de Bens	804
Art. 727	804
1. Interpelação	804
Art. 728	805
1. Defesa e Contraprotesto	805
2. Contraprotesto	805
3. Admissibilidade de Averbação em Registro de Imóveis	805
4. Prazo para a manifestação do requerido	805
5. Recurso	805
Art. 729	805
1. Sentença	805

Seção III

Da Alienação Judicial

Art. 730	806
1. Aliações Judiciais	806
2. Contraditório	806
3. Leilão Público	806
4. Procedimento	806
5. Coisa Comum	806
6. Bens de Órfãos	806

Seção IV
Do Divórcio e da Separação Consensuais,
da Extinção Consensual de União Estável e da Alteração
do Regime de Bens do Matrimônio

Art. 731	807
1. Separação e Divórcio Consensuais	807
2. Mútuo Consentimento	807
3. Conversão da Separação Judicial em Divórcio	807
4. Dissolução Consensual de União Estável.....	807
5. Pacto Antenupcial	808
6. Partilha de Bens	808
7. Guarda dos Filhos e Regime de Visitas.....	808
8. Manutenção dos Filhos	808
9. Alimentos.....	808
10. Preservação Suficiente de Interesse	808
11. Ministério Público.....	808
12. Homologação	809
13. Doação ao Filho do Casal	809
14. Morte do Pai da Separanda	809
15. Restabelecimento da Sociedade Conjugal	809
Art. 732	809
1. Extinção consensual de união estável.....	809
Art. 733	810
1. Separação e Divórcio Consensuais Extrajudiciais	810
Art. 734	810
1. Requerimento conjunto.....	810
2. Direitos de terceiros	810
3. Divulgação do pedido de alteração do regime de bens	811
4. Averbação da Alteração de Regime	811

Seção V
Dos Testamentos e dos Codicilos

Art. 735	811
1. Testamentos e Codicilos	811
2. Testamento Cerrado	811
3. Competência	811
4. Abertura, Registro e Cumprimento	812
5. Língua Estrangeira	812
6. Suspeito de Nulidade ou Falsidade.....	812
7. Testamenteiro	812
8. Preferência Legal.....	812
Art. 736	812
1. Testamento Público	812
Art. 737	813
1. Testamento Particular	813
2. Aferição de Regularidade do Testamento Particular	813

3. Reconhecimento de Regularidade	813
4. Prova Pericial Grafológica	813
5. Abrandamento do Rigor Formal.....	813
6. Registro, Arquivo e Cumprimento.....	814
7. Testamentos Especiais e Codicilo	814

Seção VI

Da Herança Jacente

Art. 738	814
1. Herança Jacente	814
2. Competência	814
3. Arrecadação de Bens	814
4. Conversão de Inventário em Herança Jacente.....	814
Art. 739	815
1. Curador.....	815
2. Guarda, Conservação e Administração.....	816
3. Incorporação ao Patrimônio Público	816
Art. 740	816
1. Arrecadação	816
2. Conclusão da Arrecadação.....	816
3. Direito Fundamental à Intimidade e à Vida Privada.....	816
4. Autoridade Policial	817
5. Auto de Inquirição e Informação	817
6. Carta Precatória	817
7. Apresentação de Herdeiro ou Testamenteiro	817
8. Decisão	817
Art. 741	817
1. Publicação de Editais	818
2. Finado Estrangeiro	818
3. Citação Pessoal.....	818
4. Conversão de Herança Jacente em Inventário.....	818
5. Credores.....	818
Art. 742	818
1. Alienações	819
2. Bens com Valor de Afeição.....	819
Art. 743	819
1. Declaração de Vacância	819
2. Habilitação	819
3. Exceção à Regra da Saisine	819
4. Usucapião.....	819
5. Habilitação nos mesmos Autos.....	820
6. Ação Própria.....	820

Seção VII

Dos Bens dos Ausentes

Art. 744	820
1. Ausência.....	820
2. Competência	820

3. Arrecadação dos Bens	821
4. Curador.....	821
5. Pagamento de Benefício Devido ao Ausente	821
Art. 745	822
1. Publicação de Editais	822
2. Sucessão Provisória	822
3. Habilitação	822
4. Como se o Ausente Fosse Falecido.....	822
5. Tributação	822
6. Caução.....	823
7. Alienar ou Hipotecar	823
8. Sucessão Definitiva.....	823
9. Regresso do Ausente ou de Algum dos seus Descendentes ou Ascendentes	823
10. Incorporação ao Patrimônio Público	823
11. Procedimento Comum.....	823

Seção VIII Das Coisas Vagas

Art. 746	823
1. Coisas Vagas	824
2. Competência	824
3. Publicação de Editais	824
4. Comparecimento.....	824
5. Ausência de Comparecimento.....	824
6. Abandono da Coisa	824
7. Suspeita de Crime	824

Seção IX Da Interdição

Art. 747	825
1. Interdição	825
2. Curatela	825
3. Legitimidade Ativa.....	825
4. Prova Pré-Constituída da Legitimidade	826
5. Tomada de Decisão Apoiada.....	826
Art. 748	826
1. Ministério Público	826
Art. 749	826
1. Competência	826
2. Tutela de urgência.....	826
3. Curador Especial.....	826
4. Inépcia da Petição Inicial	827
Art. 750	827
1. Prova documentada da incapacidade	827
Art. 751	827
1. Citação.....	827
2. Inspeção Judicial Preliminar.....	827

Art. 752	828
1. Impugnação ao Pedido	828
2. Ministério Público	828
3. Representação Processual do Interditando	828
Art. 753	828
1. Laudo Pericial	829
2. Assistentes Técnicos	829
Art. 754	829
1. Conclusão da instrução	829
Art. 755	829
1. Sentença de Interdição	829
2. Nomeação de Curador	830
3. Inscrição no Registro e Publicação da Sentença de Interdição	830
4. Eficácia Ex Nunc da Sentença de Interdição	830
5. Possibilidade de Anulação de Atos Anteriores à Prolação da Sentença de Interdição	830
6. Prescrição Consumada antes da Prolação da Sentença de Interdição	831
Art. 756	831
1. Levantamento de Interdição	831
2. Prova Pericial	831
3. Audiência de Instrução e Julgamento	831
4. Sentença de Levantamento de Interdição	832
Art. 757	832
1. Extensão da atuação do curador	832
Art. 758	832
1. Recuperação da capacidade do interdito	832

Seção X

Disposições Comuns à Tutela e à Curatela

Art. 759	832
1. Tutela	832
2. Tutor	832
3. Compromisso	833
4. Responsabilidade do Juiz	833
5. Garantia	833
6. Tomada de Decisão Apoiada	833
Art. 760	833
1. Escusa	833
2. Prazo	834
3. Decisão	834
Art. 761	834
1. Remoção	834
2. Responsabilidade do Juiz	834
3. Contestação	834
4. Procedimento	834
5. Sentença	834

Art. 762	834
1. Suspensão do Exercício de suas Funções.....	834
Art. 763	835
1. Dispensa	835
2. Cessação da Tutela ou Curatela	835
3. Prestação de contas	835

Seção XI **Da Organização e da** **Fiscalização das Fundações**

Art. 764	835
1. Organização e Fiscalização das Fundações	835
2. Instituição de Fundação.....	836
3. Elaboração de Estatuto	836
4. Ministério Público.....	836
5. Apreciação do Estatuto	836
6. Pedido de Suprimento de Aprovação.....	836
7. Existência Legal da Fundação	836
8. Alteração de Estatuto.....	836
Art. 765	837
1. Extinção da Fundação	837

Seção XII **Da Ratificação dos Protestos Marítimos** **e dos Processos Testemunháveis Formados a Bordo**

Art. 766	837
1. Protesto marítimo e processo testemunhável	837
2. Competência	837
3. Legitimidade	837
Art. 767	837
1. Petição inicial.....	838
2. Documentos em língua estrangeira	838
Art. 768	838
1. Instrução do pedido.....	838
Art. 769	838
1. Curador de ausentes.....	838
Art. 770	838
1. Apreciação judicial.....	839
2. Recurso	839

Livro II **Do Processo de Execução**

1. Processo de Execução no Código Buzaid	841
2. Processo de Execução no Código Reformado	841
3. Código atual	841

Título I
Da Execução em Geral

Capítulo I
Disposições Gerais

Art. 771	842
1. Aplicação subsidiária	842
2. Aplicação da Parte Geral e do Livro I da Parte especial subsidiariamente à execução de títulos extrajudiciais	842
Art. 772	842
1. Poderes do Juiz	842
2. Ordem de comparecimento das partes	843
3. Ordem de colaboração com a execução	843
Art. 773	843
1. Medidas necessárias	843
2. Confidencialidade	843
Art. 774	843
1. Ato atentatório à Dignidade da Justiça	844
2. Transparência patrimonial	844
3. Multa Sancionatória	844
4. Sem Prejuízo de Outras Sanções	844
5. Proveito do Exequente	844
6. Exigível na Própria Execução	845
7. Direito à Relevação da Pena	845
Art. 775	845
1. Desistência	845
2. Embargos à Execução	845
3. Impugnação	845
Art. 776	845
1. Responsabilidade do Exequente	845
2. Pagamento em Dobro ou pelo Equivalente da Dívida	846
3. Apuração dos Danos	846
Art. 777	846
1. Exigibilidade das multas dentro do próprio processo	846
2. Realização da multa por execução ou compensação	846

Capítulo II
DAS PARTES

1. Partes	846
2. Litisconsórcio	846
3. Intervenção de Terceiros	847
Art. 778	847
1. Legitimidade Ativa	847
2. Credores Solidários	847
3. Demanda Condenatória	847
4. Execução Forçada. Título Executivo Extrajudicial	848
5. Desnecessidade de anuência da parte contrária para a sucessão	848

Art. 779	848
1. Legitimidade Passiva	848
2. O fiador judicial	849
Art. 780	849
1. Cumulação de Execuções.....	849
2. Tríplice Identidade	849

Capítulo III DA COMPETÊNCIA

Art. 781	850
1. Competência para Execução de Título Extrajudicial	850
2. Derrogação da competência em favor da economia processual e do interesse do executado	850
Art. 782	850
1. Atos Executivos.....	851
2. Autorização para cumprir medidas fora da sede do juízo	851
3. Força Policial	851
4. Cadastro de inadimplentes.....	851

Capítulo IV DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

Seção I Do Título Executivo

Art. 783	851
1. Obrigação Certa, Líquida e Exigível	851
2. Nulidade da Execução	851
Art. 784	852
1. Títulos Executivos Extrajudiciais.....	852
2. Títulos de Crédito	853
3. Escritura Pública ou Outro Documento Público Assinado pelo Devedor.....	853
4. Documento Particular Assinado pelo Devedor e por Duas Testemunhas	853
5. Instrumento de Transação Referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal	854
6. Contratos Garantidos por Hipoteca, Penhor, Anticrese, outro Direito Real de Garantia e Caução	854
7. Contratos de Seguro de Vida.....	854
8. Crédito de Foro e Laudêmio	855
9. Crédito de Aluguel e de Encargos Acessórios	855
10. Certidão de Dívida Ativa	855
11. Contribuições de Condomínio Edifício	855
12. Certidão de Serventia Notarial e de Registro.....	855
13. Demais Títulos.....	855
14. Propositura de Ação não Inibe o Credor de Promover-lhe a Execução.....	856
15. Título Executivo Extrajudicial Estrangeiro	856

Art. 785	856
1. Interesse processual e título extrajudicial	856

Seção II Da Exigibilidade da Obrigação

Art. 786	856
1. Requisitos da obrigação exigível em execução	857
2. Liquidação por cálculo e liquidez da obrigação	857
Art. 787	857
1. Sinalagma.....	857
2. Satisfação	857
3. Exoneração	857
4. Despesas Processuais.....	857
Art. 788	858
1. Adimplemento	858
2. Inadimplemento.....	858
3. Adimplemento Insatisfatório e Violação Positiva do Contrato	858

Capítulo V DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL

Art. 789	858
1. Responsabilidade Patrimonial.....	858
2. Processualidade	859
3. Âmbito de Aplicação	859
Art. 790	859
1. <i>Schuld e Haftung</i>	859
2. Sequela.....	859
3. Sócio.....	860
4. Em Poder de Terceiros	860
5. Cônjuge	860
6. Intimação do Cônjuge.....	860
7. Em Fraude à Execução	861
8. Em Fraude contra Credores	861
9. Desconsideração de Personalidade Jurídica	861
10. Intimação do Terceiro	861
11. Responsabilidade Patrimonial e Responsabilidade Civil por Fato de Outrem	861
Art. 791	861
1. Direito de superfície.....	862
2. Responsabilidade do superficiário por dívidas que incidam sobre o imóvel	862
3. Enfiteuse, Concessão de Uso Especial para fins de Moradia e Concessão de Direito Real de Uso.....	862
Art. 792	862
1. Fraude à Execução	863
2. Litispêndência	863
3. Demanda Real ou Demanda Capaz de Reduzir o Demandado à Insolvência	863

4. Desnecessidade de Prova do Consilium Fraudis.....	863
5. Proteção ao Terceiro de Boa-Fé	864
6. Fraude à Execução e Fraude contra Credores.....	864
7. Fraude à Execução e Alienação de Bem Constrito.....	864
8. Fraude à execução e execução fiscal	865
9. Boa-fé e bens não sujeitos a registro	865
Art. 793	865
1. Penhora sobre a Coisa Retida	865
2. <i>Exceptio Excussionis Realis</i>	865
3. Nova Penhora	866
Art. 794	866
1. Benefício de Ordem.....	866
2. Mesmos Autos	866
3. Benefício de ordem e bens situados em outro foro ou onerados	866
Art. 795	866
1. Bens Particulares dos Sócios.....	866
2. Redirecionamento	867
3. Formas Sociais	867
4. Desconsideração da Personalidade Jurídica	867
5. Responsabilidade Tributária.....	868
6. Mesmos Autos	868
Art. 796	868
1. Espólio.....	868

Título II

Das Diversas Espécies de Execução

1. Técnicas Processuais Executivas.....	869
---	-----

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 797	869
1. Interesse do Exequente.....	869
2. Preferência.....	869
3. Títulos Legais de Preferência	870
4. <i>Concursus Fiscalis</i>	870
5. Mais de uma Penhora.....	870
6. Competência	870
Art. 798	870
1. Petição Inicial	871
2. Técnica Processual Executiva.....	871
3. Instrução	871
4. Prova da contraprestação	872
5. Requisitos do demonstrativo de débito	872
6. Direito à Emenda	872
Art. 799	872
1. Intimação	873
2. Tutela de urgência.....	873
3. Averbação da execução e de atos executivos	873

Art. 800	874
1. Obrigações Alternativas e Obrigações Facultativas	874
2. Escolha	874
3. Prazo	874
Art. 801	874
1. Direito à Emenda	874
2. Embargos à Execução	874
Art. 802	875
1. Interrupção da Prescrição	875
2. Interrupção de prescrição e vistoria	875
3. Prescrição e títulos judiciais.....	875
Art. 803	875
1. Nulidade da Execução.....	875
2. Exceção de pré-executividade.....	875
Art. 804	876
1. Intimação do Senhorio Direto, Credor Pignoratício, Hipotecário, Anticrético ou Usufrutuário.....	876
Art. 805	876
1. Modo Menos Gravoso para o Executado	876
2. Ônus da prova do meio menos gravoso	877

Capítulo II DA EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA

1. Coisa Certa e Coisa Incerta.....	877
-------------------------------------	-----

Seção I Da Entrega de Coisa Certa

Art. 806	877
1. Tutela dos Direitos e Técnicas Processuais	878
2. Poder Executivo do Juiz. Aplicação Subsidiária do art. 538, CPC	878
3. Citação do Executado	878
4. Desnecessidade de Segurança do Juízo	878
5. Mandado de Imissão na Posse ou de Busca e Apreensão	879
6. Multa Coercitiva. Astreintes	879
Art. 807	879
1. Finda a Execução.....	879
2. Pagamento de Frutos ou Ressarcimento de Prejuízos	879
Art. 808	879
1. Opção do Exequente.....	880
2. Embargos de Terceiro.....	880
Art. 809	880
1. Tutela Ressarcitória e Tutela Reparatória.....	880
2. Valor da Coisa e dos Prejuízos	880
Art. 810	880
1. Benfeitorias Indenizáveis.....	880
2. Direito de Retenção	881

3. Saldo em Favor do Devedor	881
4. Saldo em Favor do Credor	881

Seção II

Da Entrega de Coisa Incerta

Art. 811	881
1. Prévia Determinação	881
2. Ausência de Escolha	881
Art. 812	882
1. Impugnação	882
2. Decisão	882
Art. 813	882
1. Execução para Entrega de Coisa Certa	882

Capítulo III

DA EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER

Seção I

Disposições Comuns

Art. 814	882
1. Multa Coercitiva. Astreintes	882
2. Multa Fixa, Multa Periódica, Multa Progressiva	882
3. Data a Partir da qual Será Devida	883
4. Possibilidade de Revisão do Valor da Multa	883

Seção II

Da Obrigação de Fazer

Art. 815	884
1. Prazo para Satisfazê-la	884
2. Multa Coercitiva. Astreintes	884
3. Embargos à Execução	884
Art. 816	884
1. Executada à Custa do Devedor	885
2. Urgência na Realização da Prestação	885
3. Perdas e Danos	885
4. Cláusula Penal	885
Art. 817	885
1. Realização por Terceiro	885
2. Aprovação da Proposta	885
Art. 818	886
1. Prestado o Fato	886
2. Prosseguimento da Execução pela Quantia Adiantada	886
Art. 819	886
1. Ausência de Prestação ou Prestação Incompleta ou Defeituosa	886
2. Oitiva do Terceiro	887
3. Decisão	887

Art. 820	887
1. Preferência do Exequente	887
Art. 821	887
1. Fazer Infungível	887
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário	888

Seção III

Da Obrigação de Não Fazer

Art. 822	888
1. Imposição de Não Fazer e Imposição de Desfazer	888
2. Imposição de Não Fazer	888
3. Imposição de Desfazer	888
4. Urgência em Desfazer	888
Art. 823	889
1. Desfazimento à Custa do Executado	889
2. Conversão da Tutela Específica em Tutela pelo Equivalente Monetário	889

Capítulo IV

DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 824	889
1. Execução por Quantia Certa	889
Art. 825	889
1. Expropriação	890
2. Preferência	890
Art. 826	890
1. Remição da Execução	890
2. Remição da Execução Fiscal	890
3. Legitimidade	890
4. Termo Final	890
5. Desconstituição da Adjudicação ou Alienação	890

Seção II

Da Citação do Devedor e do Arresto

Art. 827	891
1. Honorários de Advogado	891
2. Redução da Verba Honorária	891
3. Não aplicação ao Cumprimento de Sentença Condenatória	891
Art. 828	891
1. Averbação	892
2. Faculdade do Demandante	892
3. Ação cuja Concessão da Tutela do Direito Pode Levar o Demandado ao Estado de Insolvência	892
4. Certidão	892
5. Comunicação	893

6. Cancelamento	893
7. Averbação Manifestamente Indevida	893
Art. 829	893
1. Citação.....	893
2. Decisão que Determina a Citação	894
3. Litisconsórcio Passivo	894
4. Penhora e Avaliação	894
5. Indicação de Bens à Penhora pelo Exequente	894
6. Dever de indicação de Bens à Penhora pelo Executado	894
7. Direito de indicação de bens pelo executado.....	895
8. Realização Superveniente da Penhora e Defesa do Executado	895
9. Desconsideração da Pessoa Jurídica e Desconsideração Inversa da Pessoa Jurídica.....	895
Art. 830	895
1. Pré-penhora.....	896
2. Duas Vezes em Dias Distintos.....	896
3. Citação do Executado	896
4. Conversão Automática.....	896
5. Desnecessidade de Intimação da Conversão da Pré-penhora em Penhora	896

Seção III Da Penhora, do Depósito e da Avaliação

Subseção I Do Objeto da Penhora

Art. 831	896
1. Objeto da penhora	896
Art. 832	897
1. Impenhoráveis ou Inalienáveis	897
2. Tipicidade	897
3. Disponibilidade.....	897
Art. 833	897
1. Impenhorabilidade	898
2. Honorários de Profissional Liberal	898
3. Comissões de Leiloeiro	898
4. Necessários ou Úteis ao Exercício de Qualquer Profissão	899
5. Pequena Propriedade Rural.....	899
6. Quotas Sociais	899
7. Bem de Família	899
8. Crédito Concedido para Aquisição do Próprio Bem.....	900
9. Crédito Alimentar	900
10. Impenhorabilidade de remuneração e depósitos em caderneta de poupança	900
Art. 834	900
1. Penhorabilidade, à Falta de Outros Bens	900
Art. 835	900
1. Ordem Preferencial.....	901
2. Ações e Quotas de Sociedades Empresárias	902

3. Percentual do Faturamento de Empresa Executada.....	902
4. Títulos e Valores Mobiliários com Cotação em Mercado	902
5. Outros Direitos	902
6. Alteração da ordem legal	902
7. Execução de Crédito com Garantia Real.....	902
Art. 836	902
1. Não realização da Penhora	903
2. Relação de bens e depósito provisório.....	903

Subseção II

Da Documentação da Penhora, de seu Registro e do Depósito

Art. 837	903
1. Comunicação eletrônica de atos executivos	903
Art. 838	903
1. Requisitos	903
Art. 839	903
1. Penhora e Depósito	903
Art. 840	904
1. Depositário.....	904
2. Preferencialmente Depositados	904
3. Direitos e Deveres do Depositário	905
4. Prisão Civil. STF	905
Art. 841	906
1. Penhora e intimação do executado	906
2. Dispensa de intimação do executado	906
3. Alteração do endereço do advogado e intimação dirigida ao endereço constante dos autos.....	906
Art. 842	906
1. Cônjuge do Executado	906
Art. 843	907
1. Bem Indivisível	907
2. Outras Hipóteses de Condomínio sobre Bem Indivisível.....	907
3. Insuficiência do produto da expropriação.....	907
4. Preferência na arrematação	907
Art. 844	907

Subseção III

Do Lugar de Realização da Penhora

Art. 845	908
1. Onde Quer que se Encontrem os Bens	908
2. Realização da Penhora.....	908
3. Penhora de Imóveis.....	908
4. Execução por Carta.....	909
5. Embargos à Execução por Carta	909
Art. 846	909
1. Ordem de Arrombamento	909
2. Tutela Penal	909

3. Auto Circunstanciado	909
4. Força Policial	910
5. Auto da Ocorrência	910

Subseção IV **Das Modificações da Penhora**

Art. 847	910
1. Substituição do Bem Penhorado	910
2. Ônus do Executado	911
3. Oferecimento de bem imóvel em substituição	911
4. Contraditório	911
Art. 848	911
1. Substituição da Penhora	911
2. Substituição por Carta de Fiança ou Apólice de Seguro	912
3. Contraste entre o art. 847 e art. 848	912
Art. 849	912
1. Substituição de bem penhorado e novo termo	912
Art. 850	913
1. Instabilidade da penhora	913
Art. 851	913
1. Segunda Penhora	913
2. Impugnação da Execução e Realização de Segunda Penhora	913
Art. 852	913
1. Alienação Antecipada	913
Art. 853	914
1. Contraditório	914
2. Contraditório postergado e alienação antecipada de bem	914
3. Decisão	914

Subseção V **Da Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira**

Art. 854	914
1. Penhora Eletrônica	915
2. Bacenjud	915
3. Dever de se Cadastrar junto ao Bacenjud	916
4. Penhora Eletrônica e Direito à Intimidade	916
5. Controle judicial da indisponibilidade	916
6. Impenhorabilidade	917
7. Responsabilidade civil da instituição financeira	917
8. Partido Político	917
9. Multa Sancionatória	917
10. Tutela Inibitória e Tutela de Remoção do Ilícito	917

Subseção VI **Da Penhora de Créditos**

Art. 855	918
1. Penhora de Crédito	918

Art. 856	918
1. Penhora de Crédito Representado por Título de Crédito	918
2. Pagamento do Terceiro	919
3. Conluio entre o Executado e o Terceiro	919
Art. 857	919
1. Sub-rogação ou Alienação	919
2. Prosseguimento na Execução	919
3. Sub-rogação, Alienação e Compensabilidade	919
Art. 858	920
1. Juros, Rendimentos e Prestações	920
Art. 859	920
1. Penhora sobre Direito a Coisa	920
Art. 860	920
1. Penhora sobre Direito Litigioso	920

Subseção VII

Da Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas

Art. 861	921
1. Penhora de quotas de sociedades e vedação contratual	921
2. Sociedades de capital e sociedades de pessoas	921
3. Sociedades cooperativas	922
4. Penhora de quotas, alienação de bens da sociedade e fraude à execução	922
5. Penhora de quotas e preferência para sua aquisição	922
6. Prazo do procedimento de penhora e alienação de quotas sociais	922

Subseção VIII

Da Penhora de Empresa, de Outros Estabelecimentos e de Semoventes

Art. 862	923
1. Penhora sobre Estabelecimento Comercial, Industrial ou Agrícola, Semoventes, Plantações ou Edifício em Construção	923
2. Depositário-administrador	923
3. Edifícios construídos sob regime de incorporação e penhora	923
4. Administrador e afastamento do incorporador	923
Art. 863	924
1. Penhora sobre Empresa mediante Concessão ou Autorização	924
2. Ausência de Intimação do Poder Público	924
Art. 864	924
1. Penhora sobre Navio ou Aeronave	924
2. Depositário	925
Art. 865	925
1. Princípio da menor onerosidade	925

Subseção IX
Da Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa

Art. 866	925
1. Percentual de Faturamento	925
2. Excepcionalidade	925

Subseção X
Da Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel

Art. 867	926
1. Penhora de percentual de faturamento de empresa	926
2. Menos Gravoso ao Executado e Eficiente para o Recebimento do Crédito.....	926
Art. 868	926
1. Perda do Gozo	927
2. Eficácia da penhora.....	927
3. Administrador	927
Art. 869	927
1. Depositário.....	927
2. Contraditório e nomeação de terceiro.....	928
3. Tempo Necessário	928
4. Decisão	928
5. Pagamento.....	928
6. Locação.....	928

Subseção XI
Da Avaliação

Art. 870	928
1. Avaliação.....	928
2. Avaliador.....	929
3. Contraditório. Possibilidade de Nomeação de Assistente Técnico.....	929
4. Avaliação Errônea	929
Art. 871	929
1. Desnecessidade	930
2. Avaliação Regular.....	930
3. Aceitação da avaliação e presunção relativa.....	930
Art. 872	930
1. Laudo de Avaliação.....	930
2. Cômoda divisão do bem e alienação	931
Art. 873	931
1. Nova Avaliação	931
2. Hipóteses	931
3. Segunda avaliação.....	931
Art. 874	931
1. Requerimento do Interessado e Oitiva da Parte Contrária	932
2. Adequação da Penhora	932
Art. 875	932
1. Início dos Atos de Expropriação.....	932

Seção IV Da Expropriação de Bens

Subseção I Da Adjudicação

Art. 876	932
1. Adjudicação	933
2. Adjudicação e Dação em Pagamento	933
3. Momento	933
4. Legitimados	934
5. Preferência	934
6. Intimação	934
7. Preço	934
8. Crédito Inferior e Crédito Superior	934
Art. 877	935
1. Prazo para a lavratura do auto	935
2. Questões Decididas	935
3. Auto de Adjudicação	935
4. Carta de Adjudicação ou Mandado de Entrega	935
5. Remição de bem hipotecado	936
6. Remição e bem de falido ou insolvente	936
Art. 878	936
1. Renovação do direito de adjudicação quando frustradas as tentativas de alienação do bem	936

Subseção II Da Alienação

Art. 879	936
1. Modalidades de alienação judicial	936
Art. 880	936
1. Alienação por Iniciativa Particular	937
2. Momento	937
3. Alienação Particular de Ofício	937
4. Preço	937
5. Controle Judicial	937
6. Termo de Alienação	938
7. Carta de Alienação ou Mandado de Entrega	938
8. Questões Decididas	938
9. Provimentos dos Tribunais	938
10. Inexistência de corretor ou leiloeiro no foro da causa	938
Art. 881	938
1. Ordem de preferência das técnicas de alienação	938
Art. 882	939
1. Prioridade entre as técnicas de leilão judicial	939
2. Garantias necessárias para o leilão eletrônico	939
3. Local de realização do leilão presencial	939
Art. 883	939
1. Indicação	939

Art. 884	939
1. Comissão de Leiloeiro.....	939
Art. 885	940
1. Parâmetros do leilão judicial.....	940
Art. 886	940
1. Edital de Leilão Público	940
2. Local.....	941
3. Execução fiscal e segundo leilão.....	941
Art. 887	941
1. Fixação e Publicação de Editais	941
2. Cientificação do Executado	941
3. Intimação de titulares de direitos reais limitados, direitos reais de garantia e alguns outros interesses sobre o bem.....	942
4. Intimação do Exequente.....	942
Art. 888	942
1. Transferência	943
2. Responsabilidade.....	943
Art. 889	943
1. Intimações necessárias.....	943
2. Ineficácia da alienação quando não realizadas as intimações	943
Art. 890	944
1. Legitimidade para oferecer lance	944
Art. 891	944
1. Preço Vil	944
Art. 892	945
1. Pagamento do lance vencedor.....	945
2. Arrematação	945
3. Arrematação pelo exequente	945
4. Preferência na arrematação	945
Art. 893	945
1. Diversos Bens	945
Art. 894	946
1. Cômoda Divisão	946
2. Ausência de Lançador	946
3. Requerimento de alienação fracionada de bem	946
Art. 895	946
1. Prestações.....	947
2. Inadimplemento das prestações	947
Art. 896	947
1. Imóvel de Incapaz.....	948
2. Pretendente	948
Art. 897	948
1. Inadimplemento	948
Art. 898	948
1. Fiador	948
Art. 899	948
1. Satisfação do Exequente.....	948

Art. 900	949
1. Prosseguimento.....	949
Art. 901	949
1. Auto de Arrematação	949
2. Prazo de Espera para a Expedição da Ordem de Entrega ou de Imissão e da Carta de Arrematação	949
3. Ordem de Entrega	949
4. Carta de Arrematação ou Mandado de Entrega	949
5. Requisitos da Carta de Arrematação	950
6. Imissão na Posse	950
Art. 902	950
1. Remição de bem hipotecado.....	950
Art. 903	951
1. Perfeita, Acabada e Irretratável.....	951
2. Ineficácia da Arrematação.....	951
3. Invalidade da Arrematação	952
4. Decisão	952
5. Procedência dos Embargos do Executado ou da Impugnação	952
6. Arrependimento do arrematante	952

Seção V

Da Satisfação do Crédito

Art. 904	953
1. Satisfação do credor	953
Art. 905	953
1. Entrega do Dinheiro	953
2. Credor	953
3. Plantão judiciário e vedação de levantamento de dinheiro ou de liberação de bens	954
Art. 906	954
1. Quitação	954
Art. 907	954
1. Devedor	954
Art. 908	954
1. Concurso Singular de Credores	955
2. Preferência.....	955
3. Adjudicação, alienação e sub-rogação do crédito.....	955
4. Execução e Penhora	955
Art. 909	956
1. Cognição.....	956
2. Decisão	956

Capítulo V

DA EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

Art. 910	956
1. Execução contra a Fazenda Pública	956
2. Execução contra a Fazenda Pública como Execução de Crédito contra a Fazenda Pública	956

3. Título Executivo Judicial e Título Executivo Extrajudicial	957
4. Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Definitiva e Execução contra a Fazenda Pública de Decisão Provisória	957
5. Citação para Oposição de Embargos	957
6. Embargos à Execução da Fazenda Pública e Ausência de Outorga de Efeito Suspensivo	957
7. Embargos à Execução e Parcela Incontroversa do Crédito Exequendo	958
8. Conteúdo dos Embargos à Execução contra a Fazenda Pública	958
9. Natureza da Atividade do Presidente do Tribunal	958
10. Precatório	959
11. Precatório Alimentar	959
12. Débitos de Natureza Alimentícia	959
13. Precatório Complementar	959
14. Ausência de Pagamento de Precatório. Intervenção Federal	960
15. Crédito de Pequeno Valor	960
16. Preferência e Sequestro	961
17. Correção Monetária de Precatórios	961
18. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública	961

Capítulo VI DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

Art. 911	962
1. Alimentos	962
2. Técnicas Processuais Executivas para Tutela do Direito aos Alimentos	962
3. Título Executivo	963
4. Expropriação	963
5. Oferecimento de Impugnação ou de Embargos	963
6. Execução por Coerção e Citação do Executado	963
7. Prisão Civil	964
8. Prazo	964
Art. 912	964
1. Desconto em Folha	965
2. Dever de Terceiros	965
3. Desconto em Renda	965
Art. 913	965
1. Execução de alimentos por expropriação patrimonial	965

Título III Dos Embargos à Execução

Art. 914	966
1. Embargos do Executado	966
2. Independentemente de Penhora, Depósito ou Caução	966
3. Distribuição, Apensamento e Instrução	966
4. Outras Formas de Oposição à Execução	966
5. Exceção de Pré-executividade	966
6. Ação Impugnativa Declaratória ou Desconstitutiva Autônoma	967

7. Embargos à Execução por Carta	967
Art. 915	968
1. Prazo	968
2. Mais de um Executado	968
3. Cônjuges e Companheiros	969
4. Execuções por Carta Precatória	969
Art. 916	969
1. Parcelamento	969
2. Pressupostos Legais	970
3. Deferimento ou Indeferimento	970
4. Não Pagamento de Qualquer das Prestações	970
5. Requerimento de Parcelamento e Embargos à Execução	971
Art. 917	971
1. Cognição nos Embargos	972
2. Inviabilidade da Execução	972
3. Penhora Incorreta ou Avaliação Errônea	972
4. Excesso de Execução	972
5. Hipóteses de excesso de execução	973
6. Quantia Superior à do Título	973
7. Cumulação Indevida de Execuções	973
8. Retenção por Benfeitorias	973
9. Incompetência absoluta ou relativa	974
10. Qualquer Matéria	974
11. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Compensação	974
12. Embargos de Retenção por Benfeitorias e Imissão na Posse	974
13. Arguição de impedimento e suspeição	974
Art. 918	974
1. Rejeição Liminar dos Embargos	975
2. Direito à Emenda	975
3. Improcedência Liminar	975
4. Recurso Cabível	975
Art. 919	975
1. Não Terão Efeito Suspensivo	976
2. Atribuição de Efeito Suspensivo	976
3. Perigo Manifesto de Dano Grave de Difícil ou Incerta Reparação	976
4. Prévia e Suficiente Garantia da Execução	977
5. Modulação do Efeito Suspensivo	977
6. Alcance do Efeito Suspensivo	977
7. Decisão Relativa ao Efeito Suspensivo	977
8. Recurso Cabível	977
Art. 920	978
1. Resposta do Embargado	978
2. Revelia do Embargado	978
3. Julgamento Imediato ou Audiência	978
4. Julgamento de Procedência dos Embargos e Sorte da Adjudicação, Alienação ou Arrematação	978
5. Honorários Advocatícios	979
6. Honorários Advocatícios e Execução contra a Fazenda Pública	979

Título IV
Da Suspensão e da Extinção do Processo de Execução

Capítulo I
DA SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 921	980
1. Suspensão da Execução	980
2. Embargos à Execução e Impugnação.....	980
3. Causas gerais de suspensão do processo	981
4. Ausência de Bens Penhoráveis.....	981
5. Prescrição intercorrente e execução fiscal	981
6. Não localização de bens e arquivamento da execução	981
Art. 922	981
1. Convenção das Partes.....	981
Art. 923	982
1. Atos Urgentes	982

Capítulo II
DA EXTINÇÃO DO
PROCESSO DE EXECUÇÃO

Art. 924	982
1. Extinção da Execução	982
2. Entrega do Dinheiro	982
3. Pagamento de Débito no Âmbito Administrativo.....	983
4. Outras Hipóteses.....	983
Art. 925	983
1. Declaração por Sentença.....	983

Livro III
DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E DOS MEIOS
DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Título I
Da Ordem dos Processos e dos Processos
de Competência Originária dos Tribunais

Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Liberdade, igualdade e segurança jurídica	986
2. Tribunais	987
3. Precedente, jurisprudência e súmula	988
4. Estável, íntegra e coerente	989
5. <i>Stare decisis</i>	990
6. <i>Stare decisis horizontal</i>	990
Art. 927	990
1. <i>Stare decisis vertical</i>	991
2. <i>Ratio decidendi</i>	991

3. <i>Obiter dictum</i>	992
4. Jurisprudência	992
5. Interpretação e aplicação	992
6. Distinção	992
7. Superação	993
8. Superação para frente	993
9. Superação parcial	994
Art. 928	994
1. Julgamentos repetitivos	995
2. Objeto	995

Capítulo II

DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL

Art. 929	995
1. Registro	995
2. Descentralizado	995
Art. 930	995
1. Distribuição	996
2. Prevenção	996
Art. 931	996
1. Relator	996
Art. 932	996
1. Poderes do relator	997
2. Direção do processo	997
3. Questões incidentais	997
4. Não conhecer	997
5. Negar provimento	998
6. Dar provimento	998
7. Colegiado	998
8. Colegiado como última instância	998
9. Dever de prevenção	999
Art. 933	999
1. Dever de diálogo	999
2. Momento	999
Art. 934	999
1. Publicidade	1000
Art. 935	1000
1. Pauta	1000
2. Nova pauta	1000
3. Vista dos autos	1000
Art. 936	1000
1. Ordem	1000
Art. 937	1001
1. Sustentação oral	1001
2. Feitos que admitem	1001
3. Não surpresa	1001

Art. 938	1002
1. Questões preliminares	1002
2. Vício sanável	1002
Art. 939	1003
1. Julgamento principal	1003
2. Juizes vencidos	1003
Art. 940	1003
1. Vista	1003
Art. 941	1003
1. Resultado	1004
2. Juiz afastado ou substituído	1004
3. Voto vencido	1004
Art. 942	1004
1. Ampliação do debate	1005
2. Não unânime	1005
3. Decisões finais	1005
4. Não se aplica	1005
5. Prosseguimento	1005
Art. 943	1006
1. Suporte	1006
2. Ementa	1006
3. Publicação	1006
Art. 944	1006
1. Notas	1006
Art. 945	1006
1. Julgamento eletrônico	1006
Art. 946	1006
1. Ordem de julgamento	1007

Capítulo III **DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO** **DE COMPETÊNCIA**

Art. 947	1007
1. Assunção de competência	1007
2. Legitimidade	1007
3. Julgamento	1008
4. Procedimento	1008

Capítulo IV **DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE**

Art. 948	1008
1. Controle de constitucionalidade	1008
2. Controle difuso	1008
3. Arguição de inconstitucionalidade	1008

Art. 949	1009
1. Admissão	1009
2. Rejeição.....	1009
3. Dispensa	1009
Art. 950	1009
1. Procedimento.....	1010
2. Direito à manifestação.....	1010
3. Decisão	1010

Capítulo V DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA

Art. 951	1010
1. Legitimidade	1010
2. Ministério Público.....	1011
Art. 952	1011
1. Ilegitimidade	1011
2. Incompetência	1011
Art. 953	1011
1. Competência	1011
2. Forma de instauração	1011
3. Prova.....	1012
Art. 954	1012
1. Oitiva.....	1012
Art. 955	1012
1. Suspensão.....	1012
2. Urgência.....	1013
3. Decisão monocrática.....	1013
Art. 956	1013
1. Apresentação	1013
Art. 957	1013
1. Decisão	1013
2. Validade	1013
3. Recorribilidade.....	1013
Art. 958	1014
1. Conflito interno	1014
2. Reprodução obrigatória.....	1014
Art. 959	1014
1. Conflito de atribuições	1014
2. Competência	1014

Capítulo VI DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA

Art. 960	1015
1. Homologação	1015
2. Direito à homologação	1015

3. Decisão interlocutória estrangeira.....	1015
4. Decisão arbitral estrangeira.....	1015
Art. 961	1015
1. Eficácia	1015
2. Parcialmente	1016
3. Urgência e execução provisória	1016
4. Execução fiscal	1016
5. Divórcio consensual.....	1016
Art. 962	1016
1. Medida de urgência	1017
2. Probabilidade e urgência.....	1017
3. Validade expressamente reconhecida	1017
4. Tutela de evidência	1017
Art. 963	1017
1. Homologação	1017
2. Exequatur.....	1018
3. Procedimento.....	1018
Art. 964	1018
1. Jurisdição nacional e jurisdição estrangeira.....	1018
Art. 965	1019
1. Sentença estrangeira dependente de cumprimento.....	1019
2. Procedimento.....	1019

Capítulo VII DA AÇÃO RESCISÓRIA

Art. 966	1019
1. Ação rescisória	1020
2. Ação rescisória, ação anulatória e querela nullitatis insanabilis	1020
3. Decisão de mérito.....	1021
4. Decisão impeditiva	1021
5. Cabimento	1021
6. Prevaricação, concussão ou corrupção.....	1022
7. Impedimento ou incompetência	1022
8. Dolo processual.....	1022
9. Colusão entre as partes	1022
10. Coisa julgada	1023
11. Violação manifesta de norma jurídica.....	1023
12. Violação manifesta de norma jurídica em um sistema de precedentes	1023
13. Violação de Precedente por Ausência de Subsunção, Necessidade de Distinção e Ação Rescisória.....	1024
14. Ônus de Demonstração Analítica da Distinção	1024
15. Prova falsa.....	1024
16. Prova nova	1024
17. Erro de fato.....	1025
18. Ação anulatória	1025
19. Objeto.....	1025
20. Fundamentos	1026

21. Prazo	1026
22. Competência	1026
23. Procedimento.....	1026
24. Efeitos	1026
Art. 967	1026
1. Legitimidade ativa.....	1027
2. Legitimidade passiva.....	1027
Art. 968	1027
1. Petição inicial.....	1028
2. Iudicium rescindens e iudicium rescissorium	1028
3. Depósito	1028
4. Dispensa	1029
5. Valor da causa.....	1029
6. Indeferimento	1029
7. Improcedência liminar	1029
8. Recurso	1029
9. Competência	1029
10. Competência e dever de auxílio	1030
11. Complementação	1030
Art. 969	1030
1. Não impede o cumprimento.....	1030
2. Tutela cautelar ou tutela antecipada.....	1030
Art. 970	1031
1. Citação.....	1031
2. Prazo	1031
3. Resposta.....	1031
4. Revelia	1031
5. Ônus de impugnação específica	1031
6. Procedimento comum	1031
Art. 971	1031
1. Relator	1031
Art. 972	1032
1. Instrução	1032
2. Devolução dos autos	1032
Art. 973	1032
1. Razões finais	1032
2. Ministério Público.....	1032
3. Julgamento	1032
Art. 974	1032
1. Procedência	1033
2. Inadmissibilidade	1033
3. Improcedência	1033
4. Multa.....	1033
5. Recursos.....	1033

Art. 975	1033
1. Direito à rescisão da coisa julgada	1033
2. Trânsito em julgado	1034
3. Inadmissibilidade recursal e trânsito em julgado	1034
4. Prova nova	1034
5. Simulação ou colusão das partes.....	1034

Capítulo VIII
DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO
DE DEMANDAS REPETITIVAS

Art. 976	1034
1. Finalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas	1035
2. Multiplicação de Demandas	1035
3. Mesma Questão de Direito	1035
4. Ofensa à Isonomia ou à Segurança Jurídica	1035
5. Causa Pendente de Análise no Tribunal ou em Primeiro Grau	1036
6. Inexistência de Afetação de Recurso Repetitivo sobre a Questão.....	1036
7. Questão de Direito Material ou Processual	1036
8. Desistência ou Abandono do Processo	1036
9. Custas Processuais	1036
10. Negócios Processuais e IRDR	1036
11. IRDR e <i>Collateral Estoppel</i>	1036
Art. 977	1037
1. Legitimidade	1037
2. Documentos Necessários	1037
3. Prazo	1037
Art. 978	1037
1. Competência	1037
2. Prevenção	1037
Art. 979	1037
1. Publicidade	1037
2. Comunicação Específica aos Legitimados para a Tutela Coletiva	1037
Art. 980	1038
1. Prazo de Julgamento e Preferência.....	1038
Art. 981	1038
1. Juízo de Admissibilidade.....	1038
Art. 982	1039
1. Suspensão dos Processos.....	1039
2. Exclusão do Regime de Suspensão	1039
3. Requisição de Informações	1039
4. Intervenção do Ministério Público.....	1040
5. Pedido de Tutela de Urgência	1040
6. Ampliação do Efeito Suspensivo do Incidente.....	1040
7. Modulação do Efeito Suspensivo.....	1040
Art. 983	1040
1. Instrução do Incidente	1040
2. Preservação do Contraditório.....	1040

Art. 984	1041
1. Etapas do Julgamento do Incidente.....	1041
2. Abrangência do Conteúdo do Julgamento	1041
Art. 985	1041
1. Obrigatoriedade de Observância da Decisão	1042
2. Reclamação	1042
3. Reclamação para Tribunais Superiores e Esgotamento das Instâncias Ordinárias.....	1042
4. Comunicação à Agência Reguladora	1042
Art. 986	1042
1. Revisão da Tese	1042
2. Outros Legitimados para a Revisão	1042
Art. 987	1043
1. Cabimento de Recurso Especial e Extraordinário	1043
2. Presunção de Repercussão Geral.....	1043
3. Abrangência da Decisão do Tribunal Superior.....	1043
4. Efeito Suspensivo	1044
5. Reclamação	1044

Capítulo IX DA RECLAMAÇÃO

Art. 988	1044
1. Reclamação	1045
2. Cabimento	1045
3. Cognição secundum eventum probationis	1046
4. Autonomia	1046
5. Competência	1046
6. Esgotamento das Instâncias Ordinárias.....	1046
Art. 989	1047
1. Relator	1047
2. Contestação	1047
Art. 990	1047
1. Impugnação.....	1047
2. Contraditório.....	1047
Art. 991	1047
1. Ministério Público.....	1047
Art. 992	1048
1. Competência	1048
2. Autoridade	1048
3. Medida adequada	1048
Art. 993	1048
1. Imediato cumprimento	1048

Título II Dos Recursos

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Recurso	1049
2. Sucedâneos Recursais	1049
3. Duplo Grau de Jurisdição	1049
4. Taxatividade	1049
5. Unirrecorribilidade	1049
6. Fungibilidade	1049
7. Consumação	1050
8. Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito	1050
9. Juízo de Admissibilidade, Colaboração e Unidade do Direito	1051
10. Requisitos Intrínsecos	1051
11. Cabimento	1051
12. Interesse Recursal	1051
13. Legitimidade	1051
14. Inexistência de Fato Extintivo	1052
15. Requisitos Extrínsecos	1052
16. Tempestividade	1052
17. Regularidade Formal	1052
18. Regularidade Formal, Enfrentamento das Razões e Ônus de Alegação Específica. Comunidade Argumentativa de Trabalho	1052
18. Inexistência de Fato Impeditivo	1053
19. Preparo	1053
20. Efeitos	1053
21. Devolutivo	1053
22. Translativo	1053
23. Suspensivo	1053
24. Expansivo	1054
25. Obstativo	1054
26. Substitutivo	1054
Art. 994	1054
1. Taxatividade	1054
Art. 995	1055
1. Não impedem a eficácia da decisão	1055
2. Disposição legal	1055
3. Decisão judicial	1055
4. Suspensão da decisão recorrida	1055
Art. 996	1056
1. Parte Vencida	1056
2. Terceiro Prejudicado	1056
3. Pessoas Jurídicas de Direito Público	1057
4. Ministério Público	1057

Art. 997	1057
1. Recurso	1058
2. Recurso Adesivo	1058
3. Admissibilidade	1058
4. Subordinação	1058
5. Taxatividade	1058
6. Interposição	1058
7. Mesmas Regras	1059
Art. 998	1059
1. Desistência	1059
2. Litisconsórcio	1059
3. Precedentes	1060
Art. 999	1060
1. Renúncia	1060
2. Litisconsórcio	1060
Art. 1.000	1060
1. Aceitação	1060
2. Expressa ou tácita	1061
3. Depósito do valor da condenação e multa	1061
4. Litisconsórcio	1061
Art. 1.001	1061
1. Irrecorribilidade	1061
2. Casuística	1061
Art. 1.002	1062
1. No todo ou em parte	1062
Art. 1.003	1062
1. Fluência e contagem	1062
2. Antes da citação	1063
3. Protocolo	1063
4. Correio	1063
5. Prazo	1063
6. Feriado local	1063
Art. 1.004	1063
1. Interrupção de prazo	1063
Art. 1.005	1064
1. Litisconsórcio unitário	1064
2. Solidariedade	1064
Art. 1.006	1064
1. Baixa dos autos	1064
Art. 1.007	1065
1. Preparo	1065
2. Dispensa	1065
3. Deserção	1065
Art. 1.008	1066
1. No que tiver sido objeto	1066

Capítulo II DA APELAÇÃO

Art. 1.009	1066
1. Cabimento	1067
2. Regra da decisão final.....	1067
3. Fundamentos	1067
Art. 1.010	1067
1. Forma	1068
2. Independentemente de juízo de admissibilidade.....	1068
Art. 1.011	1068
1. Relator	1068
2. Decisão monocrática.....	1069
3. Voto.....	1069
Art. 1.012	1069
1. Efeito suspensivo.....	1069
2. Cumprimento imediato.....	1070
3. Alimentos.....	1070
4. Embargos à execução	1070
5. Tutela provisória.....	1071
6. Efeito suspensivo <i>ope judicis</i>	1071
Art. 1.013	1071
1. Efeito devolutivo	1071
2. Efeito translativo	1072
3. Causa madura	1072
4. Tutela provisória.....	1072
Art. 1.014	1072
1. Questões de fato	1072
2. Prova nova	1073

Capítulo III DO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Art. 1.015	1073
1. Cabimento	1073
2. Rol taxativo.....	1074
3. Também caberá	1074
4. Demais casos.....	1074
Art. 1.016	1075
1. Forma	1075
Art. 1.017	1075
1. Instrumento.....	1076
2. Obrigatórias	1076
3. Facultativas.....	1076
4. Obrigatórias, facultativas e colaboração	1076
5. Preparo.....	1076
6. Interposição.....	1076
7. Processo eletrônico	1077

Art. 1.018	1077
1. Juntada.....	1077
2. Inadmissibilidade	1077
Art. 1.019	1077
1. Decisão monocrática.....	1078
2. Efeito suspensivo.....	1078
3. Antecipação da tutela recursal	1078
4. Resposta.....	1078
5. Ministério Público.....	1079
6. Decisão do relator.....	1079
Art. 1.020	1079
1. Julgamento	1079

Capítulo IV DO AGRAVO INTERNO

Art. 1.021	1079
1. Cabimento Decisão Relator.....	1079
2. Cabimento Decisão Presidente ou Vice.....	1080
3. Impugnação específica	1080
4. Procedimento.....	1081
5. Decisão de única ou última instância	1081
6. Julgamento	1081
7. Multa.....	1082

Capítulo V DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Art. 1.022	1082
1. Cabimento	1082
2. Obscuridade	1082
3. Contradição.....	1082
4. Omissão	1083
5. Erro material.....	1083
Art. 1.023	1083
1. Prazo	1084
2. Petição escrita	1084
3. Juiz.....	1084
4. Preparo.....	1084
5. Embargos de declaração com efeitos infringentes	1084
6. Contrarrazões	1084
Art. 1.024	1085
1. Julgamento	1085
2. Conversão	1085
3. Complementação	1085
4. Desnecessidade de ratificação.....	1086
Art. 1.025	1086
1. Prequestionamento.....	1086

Art. 1.026	1086
1. Não têm efeito suspensivo.....	1087
2. Outorga de efeito suspensivo.....	1087
3. Interrupção de prazo.....	1087
4. Manifestamente protelatórios.....	1087
5. Depósito.....	1088

Capítulo VI
DOS RECURSOS PARA O SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

1. Recursos para o STF e para o STJ.....	1088
--	------

Seção I
Do Recurso Ordinário8

Art. 1.027	1088
1. Recurso ordinário.....	1089
2. Recurso ordinário para o STF.....	1089
3. Recurso ordinário para o STJ.....	1090
4. Agravo de instrumento.....	1090
5. Causa madura.....	1090
6. Tutela provisória.....	1090
Art. 1.028	1090
1. Admissibilidade, procedimento e efeitos.....	1091
2. Interposição.....	1091
3. Processamento no STF e no STJ.....	1091

Seção II
Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial

1. O STF e o STJ como Cortes Supremas.....	1091
2. Recurso extraordinário e recurso especial.....	1092
3. Causa constitucional e causa federal.....	1093
4. Prequestionamento e embargos de declaração.....	1093
5. Única ou última instância.....	1094
6. Cabimento recurso extraordinário.....	1094
7. Cabimento recurso especial.....	1095
8. Recurso extraordinário, recurso especial e direito probatório.....	1095
9. Recurso extraordinário, recurso especial e Juizados Especiais.....	1096

Subseção I
Disposições Gerais

Art. 1.029	1096
1. Cabimento.....	1097
2. Fatos do caso.....	1097
3. Interpretação de cláusulas negociais.....	1097
4. Razões.....	1098
5. Exposição analítica.....	1098

6. Dissídio jurisprudencial.....	1099
7. Divergência e orientação firmada.....	1099
8. Prova da divergência	1099
9. Fundamento genérico	1100
10. Desconsideração vício formal.....	1100
11. Suspensão em todo o território nacional	1100
12. Tutela provisória.....	1101
Art. 1030.....	1101
1. Contrarrazões	1102
2. Juízo de Admissibilidade	1102
3. Negar Seguimento. Inadmissibilidade	1102
4. Instrumentos Tópicos para Distinção. Agravo Interno, Agravo em RE e Agravo em REsp.....	1103
5. Instrumento Heterotópico para Distinção. Ação Rescisória	1104
6. Retratação	1104
7. Sobrestamento	1104
8. Seleção	1104
9. Admissão e Remessa	1104
10. Inadmissão, Agravo em RE e Agravo em REsp	1104
Art. 1.031.....	1105
1. Interposição simultânea.....	1105
2. Inversão da ordem	1105
Art. 1.032.....	1105
1. Livre trânsito	1105
2. Dever de prevenção.....	1106
Art. 1.033.....	1106
1. Livre trânsito	1106
2. Dever de prevenção.....	1107
Art. 1.034.....	1107
1. Aplicando o direito à espécie	1107
2. Efeito devolutivo e efeito translativo	1107
Art. 1.035.....	1108
1. Repercussão geral	1109
2. Relevância e transcendência	1109
3. Repercussão Geral e Julgamento de Casos Repetitivos	1110
4. Causas com repercussão geral	1110
5. Causas sem repercussão geral	1110
6. Competência	1111
7. <i>Amicus curiae</i>	1111
8. Quórum	1111
9. Momento	1111
10. Deliberação eletrônica.....	1111
11. Suspensão.....	1111
12. Recurso equivocadamente sobrestado.....	1111
13. Recurso inutilmente sobrestado.....	1112

14. Não reconhecimento.....	1112
15. Reconhecimento	1112
16. Aplicação do Precedente para Inadmissibilidade Recursal.....	1112
17. Súmula.....	1113

Subseção II

Do Julgamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos

1. Julgamento em bloco.....	1113
2. Cinco estágios	1113
Art. 1.036.....	1113
1. Aferição	1114
Art. 1.037.....	1114
1. Afetação	1115
2. Distinção.....	1116
Art. 1.038.....	1116
1. Instrução	1116
2. Decisão	1116
3. Decisão sobre Questão não Delimitada	1117
Art. 1.039.....	1117
1. Irradiação	1117
Art. 1.040.....	1118
1. Publicação	1118
2. Desistência	1118
Art. 1.041.....	1118
1. Fidelidade	1119

Seção III

Do Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário

Art. 1.042.....	1119
1. Cabimento	1120
2. Prazo	1121
3. Razões.....	1121
4. Contrarrazões	1121
5. Julgamento conjunto.....	1121
6. Interposição conjunta.....	1121

Seção IV

Dos Embargos de Divergência

Art. 1.043.....	1122
1. Cabimento	1122
2. Divergência	1123
3. Razões.....	1123
4. Fundamento genérico	1123

Art. 1.044	1124
1. Julgamento	1124

Livro Complementar
Disposições Finais e Transitórias5

Art. 1.045	1125
1. <i>Vacatio legis</i>	1125
Art. 1.046	1125
1. Direito Intertemporal	1125
2. Efeito Imediato e Efeito Retroativo	1125
3. Isolamento dos Atos Processuais	1126
4. Aplicação do Código de Processo Civil de 1973.....	1126
Art. 1.047	1126
1. Direito Intertemporal e Direito Probatório	1126
Art. 1.048	1127
1. Idoso.....	1127
2. Criança e Tratamento Prioritário	1127
3. Pessoa com Deficiência	1127
4. Requerimento	1127
5. Não Cessação.....	1128
Art. 1.049	1128
1. Procedimento Comum.....	1128
Art. 1.050	1128
1. Procedimento Comum.....	1128
Art. 1.051	1128
1. Cadastro de Empresas Públicas e Privadas em Sistema Eletrônico	1128
2. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	1129
Art. 1.052	1129
1. Execução contra Devedor Insolvente	1129
Art. 1.053	1129
1. Atos Processuais Eletrônicos.....	1129
Art. 1.054	1129
1. Coisa Julgada e Questão Prejudicial	1129
Art. 1.055	1130
1. Termo Inicial da Prescrição Intercorrente.....	1130
2. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal.....	1130
Art. 1.056	1130
1. Termo Inicial da Prescrição Intercorrente	1130
2. Prescrição Intercorrente e Execução Fiscal.....	1130
Art. 1.057	1130
1. Impugnação, Controle de Constitucionalidade e Direito Intertemporal	1130
2. Inconstitucionalidade.....	1130
Art. 1.058	1131
1. Recolhimento de Dinheiro.....	1131

Art. 1.059	1131
1. Tutela Provisória e Fazenda Pública	1131
2. Esgotamento do Objeto da Ação	1131
3. Ponderação	1131
Art. 1.060	1132
1. Custas na Justiça Federal	1132
Art. 1.061	1132
1. Nulidade da Sentença Arbitral	1132
Art. 1.062	1132
1. Desconsideração de Personalidade Jurídica e Juizados Especiais.....	1132
Art. 1.063	1133
1. Competência Material dos Juizados Especiais Cíveis	1133
Art. 1.064	1133
1. Embargos de Declaração e Juizados Especiais	1133
Art. 1.065	1133
1. Interrupção do Prazo Recursal pela Interposição de Embargos Declaratórios nos Juizados Especiais	1133
Art. 1.066	1134
1. Embargos Declaratórios Criminais e Juizados Especiais	1134
Art. 1.067	1134
1. Embargos de Declaração e Justiça Eleitoral.....	1134
Art. 1.068	1135
1. Credores Solidários e Extensão do Julgamento	1135
2. Anulação de Partilha	1135
Art. 1.069	1135
1. Avaliação da Efetividade do Código.....	1135
Art. 1.070	1135
1. Prazo de Agravo Regimental.....	1135
Art. 1.071	1136
1. Usucapião Extrajudicial.....	1137
2. Intimação do Poder Público	1137
3. Intimação de Terceiros	1137
4. Procedimento.....	1137
Art. 1.072	1137
1. Decreto-Lei 25/37.....	1137
2. Código Civil	1137
3. Assistência Judiciária Gratuita	1138
4. Lei 8.038/1990.....	1138
5. Lei de Alimentos	1138
6. Lei de Infrações contra a Ordem Econômica.....	1138